



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

Aos seis dias do mês de setembro de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:50 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. 17.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013
2. REQ. N.º 1308/13 – PC N.º 238/12 – TERESA CAETANO TOJEIRA FERREIRA
3. REQ. N.º 887/13 – PC N.º 85/13 – LUÍS ANTÓNIO RAMOS GOMES
4. REQ. N.º 1169/16 – PC N.º 193/11 – SOCIEDADE DESPORTIVA RECREATIVA GARCENSE
5. REQ. N.º 1296/13 – PC N.º 16/13 – VIDROMECAÂNICA - METALOMECAÂNICA VIDREIRA, LDA.
6. REQ. N.º 1332/13 – PC N.º 203/13 – DARCI DA SILVA HENRIQUE
7. REQ. N.º 1245/13 – PC N.º 25/12 – MARIA SAUDADE PEREIRA ANDRÉ
8. REQ. N.º 1188/13 – PC N.º 1109/99 – FERNANDO GAMEIRO
9. REQ. N.º 1246/13 – PC N.º 47/13 – NUNO MIGUEL CARPINTEIRO ANDRÉ

10. REQ. N.º 1081/13 – PC N.º 30/13 – PEDRO JORGE PARRACHO FELICIANO
11. REQ. N.º 1167/13 – PC N.º 29/11 – MIGUEL ÂNGELO VILARES ROCHA SILVA
12. REQ. N.º 1234/13 – PC N.º 253/10 – ILIDIO PEREIRA COSTA CANAS
13. REQ. N.º 430/13 – PC N.º 139/11 – CARLOS ALBERTO CARVALHO COELHO
14. REQ. N.º 396/12 – PC N.º 87/10 – HRV – EQUIPAMENTOS DE PROCESSO, S.A.
15. REQ. N.º 299/13 – PC N.º 1/13 – ISABEL MARIA MARQUES LEMOS
16. REQ. N.º 1261/12 – PC N.º 1024/00 – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA COMEIRA
17. REQ. N.º 814/13 – PC N.º 721/07 – PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA
18. REQ. N.º 2512/11 – PC N.º 770/06 – ANDRÉ HENRIQUES FARTO PEREIRA
19. REQ. N.º 876/13 – PC N.º 179/13 – VODAFONE TELECEL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.
20. REQ. N.º 1363/13 – PC N.º 300/13 – VODAFONE TELECEL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.
21. REQ. N.º 1306/13 – PC N.º 283/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
22. REQ. N.º 1357/13 – PC N.º 294/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.
23. REQ. N.º 1359/13 – PC N.º 296/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.
24. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VEÍCULO AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS - REQUERENTE: MARCO AURÉLIO CARREIRA DA SILVA – APRECIACÃO - PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA
25. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM PEÇAS DE VESTUÁRIO CAUSADOS DURANTE A LAVAGEM NA MÁQUINA – MÁ QUALIDADE DA ÁGUA DA REDE PÚBLICA - REQUERENTE: LUIS FILIPE ESPIRITO SANTO DUQUE – RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL E CONTRATUAL - CASO FORTUITO – PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA – DECISÃO FINAL.

26. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS – QUEDA NA VIA PÚBLICA CAUSADA POR MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO PAVIMENTO – BURACO NA RUA DR. NICOLAU BETTENCOURT, S. PEDRO DE MOEL - LESADA: MARIA SUZEL RIBEIRO BARROCA – DEFERIMENTO.
27. LOJA N.º 9 NO EDIFÍCIO DA RESINAGEM.
28. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO COM A JUNTA DE FREGUESIA DA MOITA
29. AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS - AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO EXCEPCIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E ART.º 6º DO DECRETO – LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO
30. ATRIBUIÇÃO DE APOIO PARA A CONSTRUÇÃO DA CASA MORTUÁRIA DE VIEIRA DE LEIRIA
31. ATRIBUIÇÃO DE APOIO PARA A CONSTRUÇÃO DA CASA MORTUÁRIA DA MOITA
32. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO DO 1.º TRIMESTRE DE 2013 DA EMPRESA MUNICIPAL TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M.,UNIPessoal, S.A.
33. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE À TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO N.º 18, SITO NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE, CAMARNAL – MARINA ALEXANDRA FERREIRA FERNANDES - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.
34. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE À TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 4.º FRENTE ESQUERDO DO BLOCO M, SITO NA AVENIDA DA LIBERDADE, CASAL DE MALTA – MAFALDA SOFIA GRÁCIO - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.
35. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDA REFERENTE À PRACETA DA LIBERDADE, A QUAL SE ENCONTRA SOB O REGIME DE RENDA APOIADA, COM ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 01 DE OUTUBRO DE 2013
36. ATUALIZAÇÃO ANUAL DA RENDA APOIADA REFERENTE AO INQUILINO ADRIANO JORGE CARRIÇO, COM ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DO MÊS DE OUTUBRO DO CORRENTE ANO.

37. PROPOSTA DE PROTOCOLO CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES. ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR II, ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO ATLÂNTICA E ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DA MARINHA GRANDE
38. PROPOSTA DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES. ASSOCIAÇÃO DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE DA MARINHA GRANDE
39. PROPOSTA DE PROTOCOLO COMODATO DE INSTALAÇÕES. ASSOCIAÇÃO DE OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES DO SPORT OPERÁRIO MARINHENSE
40. PROPOSTA DE PROTOCOLO CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES. FEDERAÇÃO CONCELHIA DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS
41. PROPOSTA DE PROTOCOLO CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES. LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO
42. APRECIACÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 2º TRIMESTRE DO ANO 2013, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE
43. PEDIDOS DE REAVALIAÇÃO DOS PROCESSOS REFERENTES AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA – 4.º TRIMESTRE 2012 - PERÍODO DE AUDIÊNCIA PRÉVIA
44. PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO E GESTÃO DOS REFEITÓRIOS ESCOLARES
45. PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DA ESCOLA BÁSICA DO 2.º E 3.º CICLO GUILHERME STEPHENS
46. AVALIAÇÃO DAS CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ANÁLISE DAS RECLAMAÇÕES E DECISÃO FINAL
47. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 1.ª FASE. ÁREA CULTURAL
48. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 1.ª FASE. ÁREA DESPORTIVA
49. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 1.ª FASE. ÁREA SOCIAL

50. RESUMO DE TESOUREARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de doze processos de obras particulares, que identificou e cujas propostas foram antecipadamente enviadas por e-mail a todos os membros do executivo, pelo que foram por todos aceites, sendo os mesmos discutidos e votados após a votação dos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.
- O **Sr. Presidente** entregou a resposta escrita ao requerimento apresentado pelos Srs. Vereadores da CDU na reunião de 14/08/2013.
A solicitação do **Sr. Vereador Dr. António Santos**, entregou-lhe também uma cópia dessa mesma resposta.
- O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho abordou os seguintes assuntos:**
 - ⇒ Perguntou qual o ponto de situação das obras do Teatro e da Resinagem;
 - ⇒ Requereu uma cópia das normas ou regulamentos de utilização do Estádio Municipal, solicitando que lhe seja entregue durante esta reunião.
- O **Sr. Vereador Dr. António Santos colocou a seguinte questão:**
 - ⇒ Quando abre a cafetaria da Casa da Cultura?
- O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira abordou os seguintes assuntos:**
 - ⇒ Na sequência da observação que fez à informação que lhe foi entregue nesta reunião pelo Presidente da Câmara, gostaria de saber se há algum custo sobre a colocação de propaganda nos painéis;
O **Sr. Presidente** respondeu de imediato que não, que é gratuito, e que consta dos documentos entregues o contrato e as despesas que houve, que são só de impressão.
 - ⇒ Referiu ainda que tinha pedido um parecer técnico das obras e não apenas uma elencação das obras e dos preços. Precisa de saber esta informação técnica para poder aferir as intervenções de pavimentação realizadas, pois segundo vai

ouvindo estarão a ser pavimentadas vias que necessitavam de intervenção na rede de águas e/ou saneamento.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** tomou nota do pedido e informou que tendo em conta o levantamento que é necessário fazer pelos serviços, entregará a resposta na próxima 2.ª feira.

Relativamente às questões colocadas o Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:

- ⇒ Obras da Resinagem – foi feita a receção, a baixada elétrica e a cablagem para o ramal elétrico e está a ser feita a certificação e limpezas interiores.
- ⇒ Cafetaria – já tem o ramal para a baixada elétrica. O adjudicatário já tirou medidas para os equipamentos e agora cabe-lhes requisitar o contador. As lojas da Resinagem estão também na mesma fase.
- ⇒ Casa da Cultura – o prazo terminaria hoje, ainda não estão concluídas, pelo que os competentes atrasos imputados ao empreiteiro serão accionados.

O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** questionou se a obra já não era entregue dia 15, tendo o **Sr. Vereador Paulo Vicente** respondido que duvida que esse prazo se cumpra.

Resinagem – o **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** perguntou se foi feita a receção de toda a obra, tendo o **Sr. Vereador Paulo Vicente** respondido que pensa que sim, uma vez que foi feita a vistoria e estão a ser ultrapassados alguns pequenos pormenores e o auto de receção está a ser elaborado.

Casa da Cultura – o **Sr. Vereador** informou que estão em andamento os trabalhos de carpintaria e da boca de cena.

O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** perguntou se já cá está todo o equipamento para ser montado, tendo o **Sr. Vereador** respondido que o equipamento está todo escolhido há cerca de um mês, e grande parte dele já veio e está a ser montado.

Em resposta ao solicitado, a **Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira** entregou ao Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho cópia das normas em vigor para a utilização dos relvados do Estádio Municipal.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 06/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

1 - 17.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013

748 - Presente proposta da 17ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

15ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2013, no valor de 198.627,71 euros nos reforços e de 198.627,71 euros nas anulações;

12.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2013 no valor de 92.075,00 euros nos reforços e de 92.075,00 euros nas anulações;

14.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2013 no valor de 48.795,00 euros nos reforços e de 64.485,00 euros nas anulações;

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, **delibera aprovar a 17ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, nos termos da alínea d), do nº 2, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 3 abstenções dos Srs. Vereadores da CDU.

2 - REQ. N.º 1308/13 – PC N.º 238/12 – TERESA CAETANO TOJEIRA FERREIRA

749 - Presente requerimento n.º 1308/13, datado de 2013/08/22, constante do processo camarário n.º 238/12, subscrito por Teresa Caetano Tojeira Ferreira, NIF n.º 132565196, com residência na Rua da Mata, n.º 18, lugar de Pedra de Baixo, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento da “*Legalização de Habitação, Dependências e Muros*”, incidente sobre um prédio sito na Rua da Mata, lugar de Pedra de Baixo, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9.042 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10.914, da referida freguesia de Marinha Grande
Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2013/08/28.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico datado de 2013/08/28 que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferi-la, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.**
2. **Execução de todos os trabalhos tidos por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente o passeio e o remate da faixa de rodagem, na extensão total do prédio confinante com a Rua da Mata, cujo alinhamento e materiais deverão ser oportunamente definidos pelos respetivos serviços.**
3. **A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22- E/98, de 30/11.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 887/13 – PC N.º 85/13 – LUÍS ANTÓNIO RAMOS GOMES

750 - Presente processo de licenciamento, em nome de Luís António Ramos Gomes, com o NIF 182593126, residente em rua da República, n.º 4, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, de obras de alterações a moradia, com processo de construção n.º 228/2002 e alvará de licença de construção n.º 713/2003, de 27/11/2003, erigida no prédio com 1900 m2, registado na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Marinha Grande sob o n.º 13939, e na matriz predial urbana sob o n.º 16732, da freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 2013/08/02 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de Luís António Ramos Gomes, com o NIF 182593126, residente em rua da República, n.º 4, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, de obras de alterações a moradia, com processo de construção n.º 228/2002 e alvará de licença de construção n.º 713/2003, de 27/11/2003, erigida no prédio com 1900 m2, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13939, e na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16732, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com o seguinte condicionalismo:

Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação os projetos de especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro-

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 1169/16 – PC N.º 193/11 – SOCIEDADE DESPORTIVA RECREATIVA GARCENSE

751 - Presente requerimento n.º 1169/13, datado de 2013/07/26, constante do processo camarário 193/11, subscrito por Sociedade Desportiva Recreativa Garcense, NIPC n.º 501372121, com sede na Rua Central, lugar de Garcia, freguesia de Marinha Grande, pelo qual são aditados ao processo, elementos decorrentes do condicionalismo referido no ponto 2 da deliberação camarária datada de 2012/11/15, referente ao deferimento da aprovação do projeto de arquitetura relativo ao pedido licenciamento da “*Legalização das Instalações da Sede da Sociedade Desportiva e Recreativa Garcense*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Central, lugar de Garcia, freguesia de Marinha Grande.

Presente projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento em apreço, deferido por deliberação camarária datada de 2013/04/04.

Presentes projetos das especialidades referentes ao pedido de licenciamento referido, dispondo de parecer técnico dos serviços datado de 2013/06/13, a propor a sua aprovação.

Presente parecer técnico dos serviços sobre o assunto, datado de 2013/08/30.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos referidos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal deliberou deferi-la, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao correto acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03 e pela Lei n.º 29/2010, de 02/09, adiante RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2. Nos termos do disposto no n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 1296/13 – PC N.º 16/13 – VIDROMECAÂNICA - METALOMECAÂNICA VIDREIRA, LDA.

752 - Presente processo de licenciamento, em nome de Vidromecânica - Metalomecânica Vidreira, Lda., com o NIPC 501 630 341, com sede na Rua Central, n.º 22, Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande, para a alteração e ampliação de um edifício destinado a indústria, existente no mesmo local, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19852 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo

n.º 19768-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 28 de junho de 2013.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica datada de 22/08/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados aptos a merecer aprovação.

Presente cópia do título de exploração para o estabelecimento industrial, emitida a 29 de julho de 2013 pelo Ministério da Economia e do Emprego.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de Vidromecânica - Metalomecânica Vidreira, Lda., com o NIPC 501 630 341, com sede na Rua Central, n.º 22, Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande, para a alteração e ampliação de um edifício destinado a indústria, existente no mesmo local, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19852 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19768-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 1332/13 – PC N.º 203/13 – DARCI DA SILVA HENRIQUE

753 - Presente processo de licenciamento, apresentado em nome de Darci da Silva Henrique, com o NIF 142 147 699, residente na Rua 1.º de Dezembro, n.º 3, Moita, para a legalização de obras de alteração, alteração de uso e constituição de propriedade horizontal, num edifício destinado a estabelecimento de bebidas (café), existente na estrada da Nazaré, n.º 29, Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 06/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

Alcobaça sob o n.º 584 e na matriz predial urbana sob o n.º 511, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 30/08/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

Presente processo antecedente, com o n.º 184/94, da Câmara Municipal de Alcobaça, relativo ao licenciamento do edifício existente e do estabelecimento de bebidas (café);

A Câmara Municipal deliberou:

Deferir o processo de licenciamento, apresentado em nome de Darci da Silva Henrique, com o NIF 142 147 699, residente na Rua 1ª de Dezembro, n.º 3, freguesia de Moita, para a legalização de obras de alteração, alteração de uso e constituição de propriedade horizontal, num edifício existente na estrada da Nazaré, n.º 29, freguesia de Moita, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 584 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 511, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, destinado a instalação de estabelecimento de bebidas (café), de comércio (papeleria) e de comércio/serviços.

Delibera, igualmente, deferir o pedido de emissão de certidão comprovativa de que o edifício satisfaz os requisitos legais para a sua constituição em regime de propriedade horizontal, nos termos em que o mesmo se encontra formulado.

Deliberou, ainda, informar o requerente que, nos termos do n.º 6 do artigo 57º do RMEUMMG – Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão de autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 1245/13 – PC N.º 25/12 – MARIA SAUDADE PEREIRA ANDRÉ

754 - Presente processo de licenciamento, em nome de Maria Saudade Pereira André, com o NIF 124334210, residente no Largo da Sociedade, n.º 2, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, para alteração ao uso de um edifício destinado a habitação e comércio, passando a constituir um edifício de habitação - moradia, e obras de alteração ao edifício, existente no Largo da Sociedade, n.º 6, lugar de Picassinós, no prédio com 178,00 m², descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 365 e na inscrito na matriz predial urbana, sob o artigo n.º 10169, da freguesia e concelho da Marinha Grande.

Dos 178,00 m² que constituem a área total do prédio, foi cedida uma parcela de terreno com a área de 42,90 m² a qual passou a integrar o domínio público do município (alargamento da rua Alípio dos Reis Alves). Após a cedência o prédio ficará com a área de 135,10 m².

Presentes informações técnicas datadas de 2013/08/09 e de 2013/08/14, que atestam encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de Maria Saudade Pereira André, com o NIF 124334210, residente no Largo da Sociedade, n.º 2, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, para alteração ao uso de um edifício destinado a habitação e comércio, passando a constituir um edifício de habitação - moradia, e obras de alteração ao edifício, existente no Largo da Sociedade, n.º 6, lugar de Picassin, no prédio com 178,00 m², descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 365 e inscrito na matriz predial urbana, sob o artigo n.º 10169, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

2.- A instalação do recetáculo postal domiciliário deve ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro;

3- Aquando do pedido de autorização de utilização, a interessada deverá apresentar a certidão da conservatória do registo predial com a descrição do prédio devidamente atualizada, pela cedência de uma parcela de terreno com a área de 42,90 m² a qual passou a integrar o domínio público do município (alargamento da rua Alípio dos Reis Alves).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.º 1188/13 – PC N.º 1109/99 – FERNANDO GAMEIRO

755 - Presente pedido de licenciamento, em nome de Fernando Gameiro, com o NIF 123941733, residente em Rua Faria da Gama, n.º 3, lugar de Barrocas, freguesia e concelho de Pombal, para alteração ao projeto do edifício, com alvarás de licença de construção n.º 579/2002, n.º 530/2003 e n.º 10/2009, o último com termo do prazo de validade em 15 de fevereiro de 2009, sito na Estrada Garcia - Cartaxo, lugar do Cartaxo, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio com 5.000,00 m², descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.393, e inscrito na matriz predial urbana, sob o artigo n.º 19736-P.

Presente informação técnica datada de 2013/30/08 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou:

Deferir o pedido de licenciamento, em nome de Fernando Gameiro, com o NIF 123941733, residente em Rua Faria da Gama, n.º 3, lugar de Barrocas, freguesia e concelho de Pombal, para alteração ao projeto do edifício, com alvarás de licença de construção n.º 579/2002, n.º 530/2003 e n.º 10/2009, o último com termo do prazo de validade em 15 de fevereiro de 2009, sito na Estrada Garcia - Cartaxo, lugar do Cartaxo, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio com 5.000,00 m², descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 143.393, e inscrito na matriz predial urbana, sob o artigo n.º 19736-P.

Mais deliberou informar o requerente que nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março e da Lei n.º 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N.º 1246/13 – PC N.º 47/13 – NUNO MIGUEL CARPINTEIRO ANDRÉ

756 - Presente requerimento n.º 1246/13, datado de 2013/08/12, constante do processo camarário n.º 47/13, subscrito por Nuno Miguel Carpinheiro André, NIF n.º 203068246, com residência na Rua Madre Teresa de Calcutá, n.º 56, Casal dos Matos, freguesia de Pousos, concelho de Leiria, a solicitar a aprovação dos projetos das especialidades referentes ao pedido de licenciamento da obra de “*Remodelação e Ampliação de Moradia*” existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Avenida do Farol, n.º 24, lugar de São Pedro de Moel, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande.

Presente projeto de arquitetura referente ao licenciamento em causa, deferido por deliberação camarária datada de 2013/05/16.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2013/08/16, propondo a aprovação dos projetos das especialidades apresentados.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico datado de 2013/08/16 que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferi-la, com os seguintes condicionalismos:

1. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, adiante RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**
- 3. Nos termos do art. 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, as obras de construção civil a levar a efeito nas praias do Concelho, ficam suspensas entre o dia 1 de Julho e 31 de Agosto.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N.º 1081/13 – PC N.º 30/13 – PEDRO JORGE PARRACHO FELICIANO

757 - Presente requerimento n.º 1081/13, datado de 2013/07/15, constante do processo camarário n.º 30/13, subscrito por Pedro Jorge Parracho Feliciano, NIF n.º 218805624, com residência na Rua Pintores de Vidro, Lote 131, Fração B, R/C Frente, 2430-102 Marinha Grande, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a aprovação dos projetos das especialidades referentes ao pedido de licenciamento de “Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”, incidente sobre um prédio urbano sito no Lugar de Amieira, Freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19.473 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.555 da referida freguesia de Marinha Grande.

Presente projeto de arquitetura referente ao licenciamento em causa, deferido por deliberação camarária datada de 2013/03/07.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2013/08/02, propondo a aprovação dos projetos das especialidades apresentados.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico datado de 2013/08/02 que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de licenciamento de “Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”, com os seguintes condicionalismos:

- 1. A instalação do recetáculo postal domiciliário deve ser executada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22- E/98, de 30/11.**
- 2. Execução de todos os arranjos exteriores que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do**

prédio confinante com a Rua do Outeiro, com largura de 2,25 m e pavimentação da respetiva zona envolvente ao referido arruamento. Antes da execução do passeio, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

3. Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços de Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, promovendo o respetivo registo dessa deslocação no livro de obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, adiante RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N.º 1167/13 – PC N.º 29/11 – MIGUEL ÂNGELO VILARES ROCHA SILVA

758 - Presente pedido de licenciamento em nome de Miguel Ângelo Vilares Rocha Silva, com NIF 204642361, residente na Rua Infanteria 16, n.º 117, 1.º, freguesia de Santo Condestável, concelho de Lisboa, referente à execução de alterações na moradia durante a vigência do alvará de construção, num prédio sito na Av. do Farol, nº 28, lugar de S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 6290 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 3790, dispondo de alvará de obras de alteração nº 55/12 em vigor até ao dia 18/06/2014. Presentes projetos das especialidades acompanhados de declaração de responsabilidade do seu autor.

Presente informação técnica dos serviços, datada de 2013/08/02, que atesta, nos termos do n.º 8 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e com alterações introduzidas pela Lei nº 28/2012, de 2 de setembro, estar os projetos das especialidades apresentados aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, tendo por condicionalismo a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente que nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 27º do RJUE, deverá requerer a emissão do aditamento ao respetivo alvará.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N.º 1234/13 – PC N.º 253/10 – ILÍDIO PEREIRA COSTA CANAS

759 - Presente requerimento apresentado por Ilídio Pereira da Costa Canas, com o registo de entrada n.º 1234/13, de 08-08-2013, respeitante ao processo de legalização da ampliação da sua moradia, sita na rua Fonte dos Ingleses, n.º 14, Engenho, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a isenção das taxas municipais devidas pela realização de vistoria à referida moradia.

A Câmara Municipal apreciou o pedido apresentado por Ilídio Pereira da Costa Canas e,

- Considerando que o requerente é titular do processo n.º 253/10, respeitante à legalização da ampliação da sua moradia sita na rua Fonte dos Ingleses, n.º 14, Engenho, freguesia e concelho da Marinha Grande;

- Considerando que na sequência de vistoria à dita moradia foi, por despacho de 30-05-2013 do Presidente da Câmara, indeferido o pedido para emissão da autorização de utilização, por a comissão de vistoria ter verificado que não tinham sido instalados, em cumprimento do Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2006, de 04 de abril, os coletores solares previstos no projeto aprovado;

- Considerando que na sequência desse indeferimento o titular do referido processo de licenciamento veio solicitar, através dos requerimentos n.º 1235/13 e 1234/13, ambos datados de 08-08-2013, nova autorização de utilização, bem como a isenção das taxas devidas pela realização de nova vistoria.

- Considerando que o titular do processo em causa fundamenta o seu pedido de isenção de taxas no facto de a Câmara Municipal não lhe ter respondido a um pedido - entregue aquando do primeiro requerimento para emissão da autorização de utilização - para dispensa da apresentação do certificado energético, uma vez que não possuía meios financeiros para instalar os painéis solares;

- Considerando que por ele foi ainda referido que entendeu o silêncio da Câmara Municipal como deferimento da sua pretensão, motivo pelo qual não colocou os ditos painéis, situação que originou o indeferimento do primeiro pedido de autorização de utilização;

Delibera:

1. Considerar que o pedido apresentado por Ilídio Pereira da Costa Canas, residente na Rua Fonte dos Ingleses, n.º 14, Engenho, freguesia e concelho da Marinha Grande, através do requerimento com o registo de entrada n.º 1234/13, de 08-08-2013, para isenção do pagamento das taxas municipais devidas pela vistoria a realizar, nos termos do n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, à moradia sita no mesmo endereço, não se enquadra em

nenhuma das situações previstas no artigo 119.º do mesmo Regulamento e que as razões, por ele apresentadas, não relevam para efeitos de isenção de pagamento;

2. Notificar o requerente para, ao abrigo dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, se pronunciar, por escrito, no prazo de 10 dias úteis, sobre essa intenção de indeferimento.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor, 3 abstenções dos Srs. Vereadores Dr. Alberto Cascalho, Dr. António Santos e Dr. Vítor Pereira e 1 voto contra da Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho.

13 - REQ. N.º 430/13 – PC N.º 139/11 – CARLOS ALBERTO CARVALHO COELHO

760 - Presente requerimento n.º 430/13, datado de 2013/03/21, constante do processo camarário n.º 139/11, subscrito por Carlos Alberto Carvalho Coelho, NIF n.º 174694180, com residência habitual na Rua João Machado, n.º 100, Edifício Coimbra – 6.º Andar, Sala 605, freguesia de Santa Cruz, concelho de Coimbra, a solicitar o licenciamento para a realização da obra de “Construção de Edifício de Habitação”, incluindo a demolição de edificação existente, incidente sobre um prédio sito na Avenida 1.º de Maio, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8.182 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 444 da referida freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2013/08/26.

Após análise da pretensão, bem como o referido parecer técnico que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias úteis, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

“1. Reporta-se o processo em referência, ao pedido de licenciamento da obra “Construção de Edifício de Habitação”, incluindo a demolição de edificação existente”, a sujeitar ao Regime de Propriedade Horizontal, composto por três fogos, dois de tipologia T2 e um de tipologia T4, a levar a efeito sobre um prédio urbano sito na Avenida 1.º de Maio, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande.

2. De acordo com a Carta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande vigente, o prédio em causa encontra-se afeto à área delimitada do perímetro urbano do Aglomerado Urbano da Marinha Grande, na designada Área Central. Os índices e parâmetros urbanísticos admissíveis/verificados à operação urbanística pretendida, tendo em consideração o n.º 8 do art. 5.º do seu regulamento, são:

<i>Índices/Parâmetros</i>	<i>Admissível</i>	<i>Verificado</i>
<i>Área da Parcela</i>	<i>-----</i>	<i>333m²</i>
<i>Área Construção</i>	<i>-----</i>	<i>390,3m² (*)</i>
<i>Índice Construção Bruto</i>	<i>1</i>	<i>1,17</i>

<i>Densidade Habitacional Máxima</i>	<i>60 Fogos/ha (Máx. 1,998 Fogos)</i>	<i>90,09 Fogos/ha (3 Fogos)</i>
<i>Cércea Máxima</i>	<i>7 Pisos</i>	<i>2 Pisos / 6,3m</i>
<i>Estacionamento Habitação</i>	<i>1 Lugar/Fogo</i>	<i>1 Lugar /Fogo</i>
<i>Estacionamento Comércio/Serviços</i>	<i>1 Lugar/50m² área coberta (200 a 1000m²)</i> <i>1 Lugar/25m² área coberta (1000 a 2500m²)</i>	<i>-----</i> <i>-----</i>

3. De acordo com o quadro exposto, verifica-se que a pretensão não garante todos os indicadores e parâmetros urbanísticos definidos no Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande em vigor, nomeadamente quanto ao Índice de Construção Bruto proposto de 1,17 exceder o Índice de Construção Bruto permitido de 1, dado a área de construção proposta (390,3m²), exceder a área máxima de construção permitida para a parcela (333m²) e quanto à Densidade Habitacional (90,09 Fogos/ha) exceder a Densidade Habitacional Máxima permitida (60 Fogos/ha).

4. A proposta em apreço foi objeto de parecer da ex-Divisão de Ordenamento, Planeamento e Projetos, dado o prédio em causa se encontrar afeta à área de intervenção do Plano de Pormenor de Casal de Malta, em elaboração. Da análise efetuada, verificou-se que a solução proposta, não se adequa à solução de desenho urbano contemplada no referido plano, nomeadamente por não respeitar o polígono de implantação e número de pisos aí definidos, e utilizar a travessa existente (Travessa Particular Laura Roberto) a eliminar, para acesso a estacionamento no logradouro do prédio.

5. Face ao exposto, considera-se que o projeto em apreço não reúne condições de ser aprovado, propondo-se o indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, designadamente por não garantir todos os indicadores e parâmetros urbanísticos definidos no Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande em vigor, nomeadamente quanto ao Índice de Construção Bruto proposto de 1,17 exceder o Índice de Construção Bruto permitido de 1, dado a área de construção proposta (390,3m²), exceder a área máxima de construção permitida para a parcela (333m²) e quanto à Densidade Habitacional (90,09 Fogos/ha) exceder a Densidade Habitacional Máxima permitida (60 Fogos/ha).

6. Mais se deverá informar o requerente que a pretensão em análise, inviabiliza o que está estabelecido no Plano de Pormenor de Casal de Malta em elaboração, comprometendo a sua implementação futura, pelas razões referidas no ponto 4 do presente parecer."

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N.º 396/12 – PC N.º 87/10 – HRV – EQUIPAMENTOS DE PROCESSO, S.A.

761 - Presente processo de licenciamento, em nome de HRV - Equipamentos de Processo SA, com o NIPC 501 299 947, com sede na Boavista, freguesia da Boavista e concelho de Leiria, para a ampliação de um edifício destinado a indústria, existente no lote 36-D, Casal da Lebre, Zona Industrial da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10395 e na matriz predial urbana sob o artigo n.º 13987, da freguesia e concelho da Marinha Grande.
Presente informação técnica datada de 30/08/2013.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

- 1- Considerando que a interessada, HRV - Equipamentos de Processo SA, com o NIPC 501 299 947, com sede na Boavista, freguesia da Boavista e concelho de Leiria, foi notificada da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento de uma obra de ampliação de um edifício destinado a indústria, existente no lote 36- D, Casal da Lebre, Zona Industrial da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10395 e na matriz predial urbana sob o artigo n.º 13987, da freguesia e concelho da Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 10/03/2011, através do ofício n.º 178/11, de 15/03/2011, rececionado em 21/03/2011;**
- 2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 22/03/2012(n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro – RJUE);**
- 3- Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido do interessado, por mais um ano, por despacho do Presidente da Câmara datado de 8/03/2012, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 76.º, comunicado ao interessado pelo ofício n.º 254/12, de 12/03/2012 e rececionado em 20/03/2012;**
- 4- Considerando que o interessado tinha até ao dia 21/03/2013 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;**
- 5- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;**
- 6- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;**

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 87/10, para ampliação de um edifício destinado a indústria, existente no lote 36-D, Casal da Lebre, Zona Industrial da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10395 e na matriz predial urbana sob o n.º 13987, da freguesia e concelho da Marinha Grande delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar o requerente, HRV - Equipamentos de Processo SA, com o NIPC 501 299 947, com sede na Boavista, freguesia da Boavista e concelho de Leiria, para se

pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N.º299/13 – PC N.º 1/13 – ISABEL MARIA MARQUES LEMOS

Assunto retirado da ordem do dia.

16 - REQ. N.º 1261/12 – PC N.º 1024/00 – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA COMEIRA

762 - Presente projeto de pedido de licenciamento referente à obra de alteração/ampliação do edifício destinado à sede da Associação Cultural e Recreativa da Comeira, a que foi atribuído o número de processo 1024/00, incidente sobre um prédio sito no lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Associação Cultural e Recreativa da Comeira, com o NIPC n.º 500787654, com sede em Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 02/09/2013.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 14/05/2013, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

- 1. Considerando que a entidade interessada, Associação Cultural e Recreativa da Comeira, com o NIPC n.º 500787654, com sede em Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande foi notificada da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento de uma obra de alteração/ampliação do edifício destinado à sede da Associação Cultural e Recreativa da Comeira, incidente sobre um prédio sito no lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 29/07/2010, e comunicada ao requerente através do nosso ofício n.º 890/10, datado de 02/08/2010 e rececionado em 10/08/2010;**
- 2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 10/08/2011 (n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro – RJUE);**
- 3. Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido do interessado, por mais um ano, por despacho do Presidente da Câmara datado de 02/11/2011, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 76.º, comunicado ao interessado pelo ofício n.º 928/11, de 04/11/2011 e rececionado em 09/11/2011;**

4. Considerando que o interessado tinha até ao dia 10/08/2012 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez, tendo, ao invés, vindo requerer nova prorrogação do prazo para requerer a emissão do alvará de construção, a qual não tem qualquer enquadramento legal, sendo, por isso, inviável, tendo a entidade requerente sido disso informada através do nosso ofício n.º 711/12, de 17/08/2012, rececionado em 20/08/2012;
5. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – nº 2 do artigo 71.º do RJUE;
6. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 87/10, referente à obra de alteração/ampliação do edifício destinado à sede da Associação Cultural e Recreativa da Comeira, a que foi atribuído o número de processo 1024/00, incidente sobre um prédio sito no lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar, o requerente, Associação Cultural e Recreativa da Comeira, com o NIPC n.º 500787654, com sede em Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N.º 814/13 – PC N.º 721/07 – PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA

763 - Presente requerimento n.º 814/13, datado de 30/05/2013, apresentado por PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA, titular do Processo de Licenciamento de Construção de Moradia Unifamiliar com o n.º 721/07, para o qual foi emitido o alvará de construção n.º 127/10, em 02/09, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 8.171, localizado em Rua dos Sabugueiros, lugar de Picassinós, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a receção provisória das obras de urbanização realizadas no âmbito das condicionantes impostas ao referido licenciamento, nomeadamente as referentes à execução da rede de abastecimento de água e à execução de passeio.

Presente igualmente o Auto da Comissão de Vistorias, propondo a Receção Provisória Final das referidas Obras de Urbanização.

Após análise da pretensão e do respetivo Auto de Receção Provisória Final, a Câmara delibera aceitar provisoriamente as obras de urbanização referentes à componente de

requalificação de arruamento, com execução da berma e passeio, (que se verificou em falta em anterior vistoria), conforme auto anexo, e mandar libertar 90% da referida componente, no montante de 4.560,98 € (quatro mil quinhentos e sessenta euros e noventa e oito cêntimos), da caução prestada mediante depósito nos cofres da tesouraria desta autarquia, efetuado através da guia de recebimento n.º 776, datada de 21/06/2013, ficando retidos 779,28 € (setecentos e setenta e nove euros e vinte e oito cêntimos), conforme descrito no quadro abaixo.

COMPONENTE ESPECIALIDADE	MONTANTE PRESTADO	%A LIBERTAR	MONTANTE A LIBERTAR	VALOR A RETER
Execução de berma e passeio	€ 5.067,75	90%	€ 4.560,98	€ 506,78
Rede de Abastecimento de Água	€ 272,50	0	0	€ 272,50
TOTAIS:	€ 5340,25	-----	€ 4.560,98	€ 779,28

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N.º 2512/11 – PC N.º 770/06 – ANDRÉ HENRIQUES FARTO PEREIRA

764 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 2512/11 de 14/12/2011, de André Henriques Farto Pereira, com o NIF 185401325, residente em Rua Joaquim Tomé Feteira Lote 1, 1.º Dt.º, lugar de Vieira de Leiria, Freguesia Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 770/06, e titulada pelo alvará de licença de obras de construção n.º 102/10, emitido em 15/06/2010.

Presente parecer técnico dos serviços datado 23/08/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 64.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Fonte dos Fornos, lugar de Passagem, Freguesia de Vieira de Leiria, propriedade de André Henriques Farto Pereira,, com o NIF 185401325, residente em Rua Joaquim Tomé Feteira, Lote 1, 1.º Dt.º, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Brás

- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

19 - REQ. N.º 876/13 – PC N.º 179/13 – VODAFONE TELECEL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.

765 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Vodafone Telecel – Comunicações Pessoais, S.A., para execução de trabalhos respeitantes a execução de rede de distribuição de televisão por cabo, com a passagem aérea de cabos em infraestruturas já existentes, a levar a efeito na Estrada da Garcia e na Rua do rego, ambas da Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 26/07/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública apresentado Vodafone Telecel – Comunicações Pessoais, S.A., para execução de trabalhos respeitantes a execução de rede de distribuição de televisão por cabo, com a passagem aérea de cabos em infraestruturas já existentes, a levar a efeito na Estrada da Garcia e na Rua do rego, ambas da Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Deverão ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - REQ. N.º 1363/13 – PC N.º 300/13 – VODAFONE TELECEL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.

766 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Vodafone Telecel – Comunicações Pessoais, S.A., para execução de trabalhos respeitantes a execução de rede

de distribuição de televisão por cabo, com a instalação de cabo de fibra óptica em postes de baixa tensão da EDP, existentes na via pública, bem como com a construção de novos postes, a levar a efeito na Rua do Fagundo e na Rua de Leiria, ambas da Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 22/08/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou:

1. **Deferir o pedido de ocupação da via pública apresentado Vodafone Telecel – Comunicações Pessoais, S.A., para execução de trabalhos respeitantes a execução de rede de distribuição de televisão por cabo, com a instalação de cabo de fibra óptica em postes de baixa tensão da EDP, existentes na via pública, bem como com a construção de novos postes, a levar a efeito na Rua do Fagundo, da Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**
 - Os postes a construir deverão ser aplicados fora da faixa de rodagem e de modo a não constituir obstáculo na via pública;
 - Deverão ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.
2. **Informar a empresa requerente que, no que diz respeito aos trabalhos a realizar na Rua de Leiria, deverão contactar as Estradas de Portugal, S.A., dado a artéria em causa ser uma estrada nacional cuja jurisdição pertence àquela entidade.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - REQ. N.º 1306/13 – PC N.º 283/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

767 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente Rua do Vale, n.º 8, lugar de Oicassinós e Rua dos Loureiros (frente ao n.º 19), lugar de Pedrulheira, ambas da Freguesia da Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 27/03/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente Rua do Vale, n.º 8, lugar de Oicassinós e Rua dos Loureiros (frente ao n.º 19), lugar de Pedrulheira, ambas da Freguesia da Marinha Grande com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução das obras
- Deverá ser promovida a reposição da sinalização vertical eventualmente danificada;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - REQ. N.º 1357/13 – PC N.º 294/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.

768 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por ZON TV CABO PORTUGAL, SA, para execução de trabalhos respeitantes a execução de rede de distribuição de televisão por cabo, designadamente com abertura de vala numa extensão de 3 metros de passeio, a levar a efeito na Travessa das Andorinhas, Freguesia de Marinha Grande. Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 28/08/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública apresentado ZON TV CABO PORTUGAL, SA., para execução de trabalhos respeitantes a execução de rede de distribuição de televisão por cabo, designadamente com abertura de vala numa extensão de 3 metros, a levar a efeito na Travessa das Andorinhas, freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- Deve prever uma sinalização dos locais dos trabalhos por forma a salvarguardar a passagem conveniente e em segurança de pessoas e de viaturas.
- Deverão, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - REQ. N.º 1359/13 – PC N.º 296/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.

769 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por ZON TV CABO PORTUGAL, SA, para execução de trabalhos respeitantes a execução de rede de distribuição

de televisão por cabo, designadamente com passagem de cabo em infraestruturas existentes numa extensão de 900 metros, a levar a efeito na Rua Eng.º Arala Pinto e Avenida José Henriques Vareda, ambas da Freguesia de Marinha Grande.
Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 28/08/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública apresentado ZON TV CABO PORTUGAL, SA., para execução de trabalhos respeitantes a execução de rede de distribuição de televisão por cabo, designadamente com passagem de cabo em infraestruturas existentes numa extensão de 900 metros, a levar a efeito na Rua Eng.º Arala Pinto e Avenida José Henriques Vareda, ambas da Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- Deve prever uma sinalização dos locais dos trabalhos por forma a salvaguardar a passagem conveniente e em segurança de pessoas e de viaturas.
- Deverão, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião foi interrompida nesta altura, para um breve intervalo, que decorreu das 11:50 horas às 12:15 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

24 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VEÍCULO AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS - REQUERENTE: MARCO AURÉLIO CARREIRA DA SILVA – APRECIÇÃO - PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA

770 - Presente Informação jurídica n.º 1892/2013, de 07.08.2013, a qual conclui que não se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (anexo IV);

Presente registos dos movimentos, via Webdoc, respeitantes ao pedido de indemnização formulado pelo requerente Marco Aurélio Carreira da Silva, ao qual correspondeu o registo de entrada n.º 4203/2013 (anexo III);

Presente informação da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, de 03.07.2013 (anexo II)

Presente requerimento n.º E/4203/2013, de 05.06.2013, apresentado por Marco Aurélio Carreira da Silva, no qual junta orçamento de reparação do veículo Renault Laguna, com a matrícula 68-26-TP e requer indemnização no valor de 160 € correspondente ao valor da reparação dos danos causados no veículo, em 26 de maio de 2013, quando este, ao encostar à berma de uma via de circulação rodoviária, cujo limite máximo de velocidade de circulação é de 50 km/h e cuja gestão compete à Câmara Municipal – Rua Hélder Luciano Roldão - passou por cima de uma alegada grelha sumidouro “demasiado rebaixada” existente no limite exterior da faixa de rodagem (anexo I).

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da informação n.º 1892/2013, de 07.08.2013, que fica anexa (Anexo 1) à presente ata e que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera notificar o requerente Marco Aurélio Carreira da Silva do presente projeto de decisão final de indeferimento do seu pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação para, querendo, dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM PEÇAS DE VESTUÁRIO CAUSADOS DURANTE A LAVAGEM NA MÁQUINA – MÁ QUALIDADE DA ÁGUA DA REDE PÚBLICA - REQUERENTE: LUIS FILIPE ESPIRITO SANTO DUQUE – RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL E CONTRATUAL - CASO FORTUITO – PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA – DECISÃO FINAL.

771 - Presente requerimento apresentado em 14-06-2012 por Luís Filipe Espirito Santo Duque (registo de entrada n.º E/4689/2012), residente na Rua Filarmónica Recreativa Amieirinhense, n.º 187, 2.º Esq.º, Fração H, Amieirinha, 2430-021 Marinha Grande, solicitando indemnização pelos danos causados em diversas peças de vestuário branco, alegando que no dia 4 de junho, à tarde, a sua esposa as colocou a lavar na máquina e quando cerca das 20H30 as foi retirar, estavam sujas e de cor acastanhada. Imputou esta ocorrência à qualidade da água pois quando foi verificar o seu estado, constatou que a mesma se encontrava com um tom acastanhado e com resíduos. Afirmou que todas as peças ficaram inutilizadas e anexou 28 fotografias ilustrativas das alterações de cor na roupa.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 06/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

Presente Informação jurídica n.º 1/1617/2013-FO, de 13-06-2013, na qual se apreciaram os factos invocados pelo requerente e as provas produzidas, e se concluiu que pela não verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública) e da contratual, designadamente o pressuposto da existência de facto ilícito imputável ao município e o pressuposto da culpa, porquanto não foram violados os seus deveres de vigilância e de controlo da qualidade da água fornecida nos sistemas públicos de abastecimento.

Em reunião realizada no dia 25-07-2013, a Câmara Municipal deliberou determinar a realização de audiência prévia do requerente, tendo este sido notificado do teor do projecto de decisão de indeferimento e dos respectivos fundamentos de facto e de direito, por ofício n.º S/2740/2013, de 30-07-2013, que foi recebido em 01-08-2013.

O prazo de audiência prévia de 10 dias úteis concedido ao requerente expirou no dia 16 de agosto de 2013, sem que este tenha apresentado quaisquer alegações.

Nestes termos, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º 1/1617/2013, que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera indeferir o pedido de indemnização apresentado por Luís Filipe Espírito Santo Duque, em virtude de não se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual e contratual, designadamente o pressuposto da existência de facto ilícito imputável ao Município e o pressuposto da culpa cuja presunção se deu por ilidida, previstos nos artigos 9.º n.º 1 e 10.º da Lei n.º 67/2007, de 17 de Julho, porquanto não foram violados os deveres de vigilância e de controlo da qualidade da água fornecida pelo sistema público de abastecimento que terá causado os danos ao requerente, evento que terá resultado de uma alteração brusca e imprevista dos parâmetros de potabilidade da água.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor, 2 abstenções dos Srs. Vereadores Dr. Alberto Cascalho e Dr. Vítor Pereira, e 1 voto contra da Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho.

26 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS – QUEDA NA VIA PÚBLICA CAUSADA POR MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO PAVIMENTO – BURACO NA RUA DR. NICOLAU BETTENCOURT, S. PEDRO DE MOEL - LESADA: MARIA SUZEL RIBEIRO BARROCA – DEFERIMENTO.

772 - Presentes requerimentos apresentados por Maria Suzel Ribeiro Fonseca (registos de entrada n.ºs. E/4715/2013 e E/5690/2013), nos quais solicita o ressarcimento das despesas efetuadas em consequência da queda que sofreu no dia 5 de junho de 2013, num buraco da Rua Dr. Nicolau Bettencourt, S. Pedro de Moel, designadamente atos médicos, exames complementares de diagnóstico, medicamentos, entre outras.

Presente Informação n.º I/1932/2013-FO, de 14-08-2013, na qual se apreciam os factos invocados pela requerente e as provas produzidas, e se conclui que pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública, deve o município da Marinha Grande indemnizar a lesada pelos danos que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento.

A Câmara Municipal, concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/1932/2013 – FO e que aqui se dá por integralmente reproduzida, e que fica anexa à ata (Anexo 2), delibera deferir o pedido de indemnização no valor de 274,53€ (duzentos e setenta e quatro euros e cinquenta e três cêntimos) apresentado por Maria Suzel Ribeiro Fonseca, titular do NIF 122517989, residente na Rua Dr. Nicolau Bettencourt, n.º 31, S. Pedro de Moel, em virtude de se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual dando-se, assim, por verificada a reconstituição da situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obrigou à reparação, sem prejuízo de, caso venham a ser comprovadas outras despesas directamente resultantes ainda deste evento, as mesmas serem igualmente objecto de apreciação e decisão.

A Câmara Municipal, considerando no que respeita, pelo menos, à fatura de serviços médicos prestados pela Idealmed, Lda., no valor de 37,87€, que a mesma é ainda susceptível de comparticipação pelo subsistema de saúde de que a requerente é subscritora, Medis-Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., podendo o valor final líquido a suportar pela lesada ser inferior ao reclamado, delibera determinar à requerente a apresentação prévia ao recebimento, de documento comprovativo da Medis, S.A., ou da inexistência de qualquer comparticipação das despesas em causa ou do valor da sua comparticipação, caso em que deve esse montante ser descontado do valor final.

Mais deliberou informar a lesada, Maria Suzel Ribeiro Barroca, que deve comparecer pessoalmente na Tesouraria da Câmara Municipal aquando do recebimento do montante desta indemnização, por forma a poder assinar o respectivo recibo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - LOJA N.º 9 NO EDIFÍCIO DA RESINAGEM.

773 - Presente requerimento, apresentado por Alberto Higinio da Cunha Oliveira, adjudicatário da loja n.º 9, do Edifício da Resinagem, no qual solicita que o contrato de exploração seja celebrado com Maria João Henriques de Sousa Pinto Oliveira, sua esposa, por se encontrar a residir no estrangeiro.

Considerando que não existem obstáculos à outorga do contrato pela cónjuge do adjudicatário.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 64.º, nº. 2, alínea f), da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera autorizar a celebração do contrato de exploração da loja nº 9 com a Sr.ª Maria João Henriques de Sousa Pinto Oliveira, em substituição do seu marido Alberto Higino da Cunha Oliveira.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

28 - PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO COM A JUNTA DE FREGUESIA DA MOITA

774 - Considerando que, de acordo com o estipulado no Protocolo de Delegação de Competências, celebrado com a Junta de Freguesia da Moita, foi delegada a execução de asfaltamentos em ruas de zonas periféricas da freguesia e que o Plano de Atividades Municipal contempla verba adequada para a execução da intervenção na Rua da Serrada, na freguesia da Moita.

Considerando que na preparação do Plano de Atividades Municipal do presente ano foram consideradas as diferentes necessidades submetidas a apreciação pelas Juntas de Freguesia, tendo sido prevista verba suficiente para a realização da referida intervenção.

Considerando que os trabalhos em causa são imprescindíveis à criação de boas condições de circulação na freguesia da Moita.

A Câmara Municipal delibera, de acordo com a alínea C), do artigo 4.º, do Protocolo de Delegação de Competências celebrado com a Junta de Freguesia da Moita, autorizar a realização de asfaltamento da Rua da Serrada, na freguesia da Moita, assegurando-se a transferência de 29.565,41 euros, a que acresce IVA à taxa legal, mediante a apresentação prévia das respetivas faturas, nos seguintes termos: a) 3.584,69 euros, em setembro; b) 25.980,72 euros, em outubro (qualquer dos valores é acrescido de IVA à taxa legal).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS - AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO EXCEPCIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E ART.º 6º DO DECRETO – LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 06/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

775 - Considerando a informação da DFTI datada de 06-09-2013, que se anexa (**Anexo 9**) e que se dá por reproduzida.

Considerando que foi requerido pela Junta de Freguesia de Vieira de Leiria através de ofício com registo de entrada 5833/2013 de 30-07-2013 apoio para a conclusão das obras da Casa Mortuária de Vieira de Leiria, anexo 1.

Considerando que foi requerido pela Junta de Freguesia da Moita através de ofício com registo de entrada 6202/2013 de 12-08-2013 apoio para a Construção da Casa Mortuária da Moita, anexo 2.

Considerando que se pretende propor à Câmara Municipal a assunção de despesa, para as duas casas mortuárias, até ao montante máximo de 190.000 euros.

Considerando que a despesa a comprometer consubstancia a assunção de compromissos pelo seu valor integral, atento o disposto no n.º1 do art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Considerando que a alínea f) do art.º 3 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, adiante designada por LCPA, preceitua que «Fundos disponíveis» são as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável, e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos, outros montantes autorizados nos termos do art.º 4.º do mesmo diploma legal.

Considerando que o art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, LCPA, determina que, a título excecional, podem ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados pela Câmara Municipal.

Considerando que o n.º 2 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho determina que o aumento temporário dos fundos disponíveis a que se refere o art.º 4.º da LCPA só pode ser efetuado mediante recurso a montantes a cobrar ou a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso.

A Câmara Municipal delibera autorizar o aumento temporário dos fundos disponíveis no montante de 97.114,81 euros, por antecipação da receita proveniente do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis a arrecadar no mês de Dezembro de 2013, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, considerando o estrito cumprimento dos limites estabelecidos no n.º 2 do art.º 6 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO PARA A CONSTRUÇÃO DA CASA MORTUÁRIA DE VIEIRA DE LEIRIA

776 - Considerando que foi requerido pela Junta de Freguesia de Vieira de Leiria através de ofício com registo de entrada 5833/2013 de 30-07-2013, anexo 1, apoio para a conclusão das obras da Casa Mortuária de Vieira de Leiria, cujo valor previsto ascende a 120.000 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que a obra em apreço se reveste de interesse municipal por permitir a criação de um espaço para velório ecuménico na freguesia de Vieira de Leiria, com as condições legais atualmente exigíveis e desejáveis para este tipo de edifício.

Considerando que não existe na Freguesia de Vieira de Leiria qualquer espaço que sirva a população nos termos daquele que se pretende construir.

Considerando que na freguesia da Marinha Grande, no passado, foi assumido e executado pela autarquia a construção de um espaço similar com os mesmos objetivos e características.

A Câmara Municipal delibera, ao abrigo da alínea b) do n.º 6 do art.º 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, na sua redação atual, aprovar a atribuição de um apoio à Freguesia de Vieira de Leiria, contribuinte n.º 506.855.031, até ao limite máximo de 120.000,00 euros, nas despesas que esta entidade incorrer com a conclusão das obras de construção da Casa Mortuária de Vieira de Leiria, e atento cronograma apresentado em anexo ao ofício E/5833/2013 e email de 03-09-2013, mediante a apresentação na autarquia de pedidos de pagamento acompanhados dos originais dos autos de medição e das faturas, emitidas nos termos do preceituado no Código do IVA, sendo que o montante objeto de comparticipação não abrangerá a componente do IVA da referida obra, cuja despesa deve ser assegurada pela freguesia.

A Freguesia de Vieira de Leiria deve ainda zelar pela entrega na autarquia das fotocópias dos recibos e dos extratos bancários comprovativos dos pagamentos efetuados ao adjudicatário que vier a selecionar, no prazo máximo de 5 dias úteis, contados da data da transferência da Câmara Municipal da Marinha Grande, os quais devem ser acompanhados de ofício. A não apresentação destes documentos determinará a suspensão dos subsequentes pagamentos no âmbito da presente deliberação até à regularização da documentação em falta, desde que não ultrapasse a data limite de 24-12-2013.

Todos os pagamentos a realizar pela autarquia, nos termos da presente deliberação, terão de ser obrigatoriamente efetuados até 31-12-2013, pelo que a Freguesia de Vieira de Leiria deve zelar pela apresentação dos pedidos de pagamento, devidamente instruídos, até ao dia 24-12-2013, sendo que, a sua não apresentação até ao limite da data indicada determinará a caducidade automática da atribuição do presente subsídio, cessando, desta forma, os efeitos jurídicos da presente deliberação.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

Mais se informa que a Freguesia de Vieira de Leiria está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, Finanças e Caixa Geral de Aposentações conforme certidões em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Dr. António Santos.

31 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO PARA A CONSTRUÇÃO DA CASA MORTUÁRIA DA MOITA

777 - Considerando que foi requerido pela Junta de Freguesia da Moita através de ofício com registo de entrada 6202/2013 de 12-08-2013, anexo 1, apoio para a construção da Casa Mortuária da Moita, cujo valor previsto ascende a 88.393,53 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que a obra em apreço se reveste de interesse municipal por permitir a criação de um espaço para velório ecuménico na freguesia da Moita, com as condições legais atualmente exigíveis e desejáveis para este tipo de edifício.

Considerando que não existe na freguesia da Moita qualquer espaço que sirva a população nos termos daquele que se pretende construir.

Considerando que na freguesia da Marinha Grande, no passado, foi assumido e executado pela autarquia a construção de um espaço similar com os mesmos objetivos e características.

A Câmara Municipal delibera, ao abrigo da alínea b) do n.º 6 do art.º 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, na sua redação atual, aprovar a atribuição de um apoio à Freguesia da Moita, contribuinte n.º 507.226.828, até ao limite máximo de 70.000,00 euros, nas despesas que esta entidade incorrer com a construção da Casa Mortuária da Moita, e atento cronograma apresentado no ofício E/6202/2013, mediante a apresentação na autarquia de pedidos de pagamento acompanhados dos originais dos autos de medição e das faturas, emitidas nos termos do preceituado no Código do IVA.

A Freguesia da Moita deve ainda zelar pela entrega na autarquia das fotocópias dos recibos e dos extratos bancários comprovativos dos pagamentos efetuados ao adjudicatário que vier a selecionar, no prazo máximo de 5 dias úteis, contados da data da transferência da Câmara Municipal da Marinha Grande, os quais devem ser acompanhados de ofício. A não apresentação destes documentos determinará a suspensão dos subsequentes pagamentos no âmbito da presente deliberação até à regularização da documentação em falta, desde que não ultrapasse a data limite de 24-12-2013.

Todos os pagamentos a realizar pela autarquia, nos termos da presente deliberação, terão de ser obrigatoriamente efetuados até 31-12-2013, pelo que a Freguesia da Moita deve zelar pela apresentação dos pedidos de pagamento, devidamente instruídos, até ao dia 24-12-2013, sendo que, a sua não apresentação até ao limite da data indicada determinará a caducidade automática da atribuição do presente subsídio, cessando, desta forma, os efeitos jurídicos da presente deliberação.

Mais se informa que a Freguesia da Moita está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, Finanças e Caixa Geral de Aposentações conforme certidões em anexo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO DO 1.º TRIMESTRE DE 2013 DA EMPRESA MUNICIPAL TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M.,UNIPessoal, S.A.

778 - Considerando ofício com registo de entrada 4452/2013 de 13-06-2013 da empresa municipal TUMG-Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M.,Unipessoal, S.A., relativo à apresentação do Relatório Trimestral de Execução do 1.º Trimestre de 2013.

Considerando que nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 42.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, a empresa municipal deve facultar ao órgão executivo relatórios trimestrais de execução orçamental, tendo em vista o acompanhamento e controlo da atividade desenvolvida por esta empresa.

A Câmara Municipal, tendo apreciado os documentos remetidos em anexo ao ofício supra referido, delibera tomar conhecimento do teor dos mesmos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - REAPRECIACÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE À TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO N.º 18, SITO NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE, CAMARNAL – MARINA ALEXANDRA FERREIRA FERNANDES - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

779 - Presente informação n.º 1925 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 13 de agosto do corrente ano, referente à necessidade de reapreciação do valor da renda da habitação social, sita na morada em epígrafe.

Considerando que o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração de rendimentos da família em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à reapreciação da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Rua Adriano Marques Nobre

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/13 (OUTUBRO)
Marina Alexandra Ferreira Fernandes	18	02/05/2013	9,72€

Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 9,72€ (nove euros e setenta e dois cêntimos), calculada nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de 1 de outubro do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE À TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 4.º FRENTE ESQUERDO DO BLOCO M, SITO NA AVENIDA DA LIBERDADE, CASAL DE MALTA – MAFALDA SOFIA GRÁCIO - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

780 - Presente informação n.º 1942 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 20 de agosto do corrente ano, referente à necessidade de reapreciação do valor da renda da habitação social, sita na morada em epígrafe.

Considerando que o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração de rendimentos da família em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à reapreciação da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Avenida da Liberdade:

MORADOR	BLOCO	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/12 (DEZ.º)	RENTA/13 (OUT.º)
Mafalda Sofia G. Grácio	M	4.º Fte Esq.º	09/12/2008	12,35€	113,19€

Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 113,19€ (cento e treze euros e dezanove cêntimos), calculada nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de 1 de outubro do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDA REFERENTE À PRACETA DA LIBERDADE, A QUAL SE ENCONTRA SOB O REGIME DE RENDA APOIADA, COM ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 01 DE OUTUBRO DE 2013

781 - Presente informação nº 1955 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento - DCD - datada de 26/08/2013, referente à atualização anual da renda de habitação social, da Praceta da Liberdade.

Considerando que o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 06/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar;

A Câmara analisou a referida informação e nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso da competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do art. 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à atualização anual da renda de habitação social constante no seguinte quadro:

Praceta da Liberdade

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENTA 2012	RENTA 2013
6	Maria Alice Alves Nunes	3.º Dto.	12/09/2008	7,00€	7,00€

Mais delibera, que o valor da renda acima descrita entre em vigor a partir do dia 1 de outubro de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DA RENDA APOIADA REFERENTE AO INQUILINO ADRIANO JORGE CARRIÇO, COM ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DO MÊS DE OUTUBRO DO CORRENTE ANO.

782 - Presente informação n.º 1953 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 23 de agosto do corrente ano, a dar conta da necessidade de se proceder à atualização anual da renda da habitação social, ocupada pelo inquilino Adriano Jorge Carriço, com efeitos a partir de outubro.

Considerando que, os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 06/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação do valor do preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando a apresentação do rendimento do indivíduo em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à atualização da seguinte renda de habitação social:

Avenida da Liberdade (Bloco L/M)

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/12	RENTA/13
M	Adriano Jorge Carriço	2.º Dto	04/10/2007	4,85€	4,85€

Mais delibera que a renda a aplicar, calculada nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, mantenha o mesmo valor, a partir do próximo mês de outubro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - PROPOSTA DE PROTOCOLO CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES. ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR II, ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO ATLÂNTICA E ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DA MARINHA GRANDE

783 - O interesse público não é prosseguido de forma exclusiva pelas entidades públicas a cargo das quais a Constituição ou a lei conferem determinadas atribuições concretas. No âmbito territorial de um município existe um conjunto vasto de intervenientes que contribuem decisivamente para uma maior densidade e presença de atividades e projetos que se revestem de interesse público.

As diferentes associações sem fins lucrativos que desenvolvem a sua atividade no concelho da Marinha Grande desempenham um papel da maior importância na dinamização de atividades que se revestem de interesse público e que por isso justificam a concessão de apoios ou benefícios públicos.

Considerando que ação social tem merecido especial atenção deste Município e que é do interesse municipal apoiar o desenvolvimento de atividades de interesse municipal de natureza social, no âmbito do n.º 3, do artigo 23.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro.

Considerando que compete à Câmara Municipal o poder de atribuir apoios ou benefícios que se destinem à prossecução de atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, nos termos da alínea b) n.º 4 e a alínea a), do n.º 7, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Considerando que o Município da Marinha Grande é dono e legítimo possuidor do edifício registado com o n.º 19649-P, designado “*antigo edifício da IVIMA*”, situado na Avenida 1.º de Maio, na Marinha Grande;

Considerando que o Município da Marinha Grande, não pode ceder gratuitamente ou onerosamente, a terceiros os direitos e obrigações, que para si resultem, sem o prévio consentimento escrito da sociedade BA Vidros SA;

Considerando que foram definidos para a atribuição do espaço do “*antigo edifício da IVIMA*” os seguintes critérios:

1. Sejam entidades do concelho que desenvolvem iniciativas de carácter social ou relacionadas;
2. Sejam entidades que desenvolvem atividades no concelho há mais de 5 anos;
3. Sejam entidades que regularmente recebem apoio financeiro e/ou logístico do Município e que desenvolvam atividades em parceria com o mesmo;
4. Sejam entidades que desenvolvam no concelho atividades de interesse relevante no município.
5. Não possuam instalações próprias ou que possuam instalações próprias inadequadas para o desenvolvimento das suas atividades;

Considerando que a ANO II, ADCA e AJMG se enquadra nos critérios acima identificados;

Considerando a necessidade e conveniência de formalizar a parceria existente entre Município da Marinha Grande e a ANO II, ADCA e AJMG para desenvolver atividades ao nível da intervenção social;

Considerando que através de carta com registo de entrada n.º 4095/2013, de 31 de maio, a sociedade BA Vidros SA concordou com a cedência de instalações à ANO II, ADCA e AJMG.

A Câmara Municipal da Marinha Grande, nos termos conjugados do disposto nas alíneas a) e b), do n.º 4 e a alínea a) do n.º 7, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera aprovar a celebração do contrato de comodato de instalações do edifício registado com o n.º 19649-P, designado “*antigo edifício da IVIMA*”, situado na Avenida 1.º de Maio, na Marinha Grande, com a Associação Novo Olhar II, Associação de Desenvolvimento e Cooperação Atlântica e Associação de Jovens da Marinha Grande, constante no anexo 1, devendo ser alterada a palavra “tolerar”, prevista na alínea g) da Cláusula 3.ª (Anexo 3 da presente ata).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**38 - PROPOSTA DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES. ASSOCIAÇÃO DE DADORES
BENÉVOLOS DE SANGUE DA MARINHA GRANDE**

784 - O interesse público não é prosseguido de forma exclusiva pelas entidades públicas a cargo das quais a Constituição ou a lei conferem determinadas atribuições concretas. No âmbito territorial de um município existe um conjunto vasto de intervenientes que contribuem decisivamente para uma maior densidade e presença de atividades e projetos que se revestem de interesse público.

As diferentes associações sem fins lucrativos que desenvolvem a sua atividade no concelho da Marinha Grande desempenham um papel da maior importância na dinamização de atividades que se revestem de interesse público e que por isso justificam a concessão de apoios ou benefícios públicos.

Considerando que ação social tem merecido especial atenção deste Município e que é do interesse municipal apoiar o desenvolvimento de atividades de interesse municipal de natureza social, no âmbito do n.º 3, do artigo 23.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro.

Considerando que compete à Câmara Municipal o poder de atribuir apoios ou benefícios que se destinem à prossecução de atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, nos termos da alínea b) n.º 4 e a alínea a), do n.º 7, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Considerando que o Município da Marinha Grande é dono e legítimo possuidor do edifício registado com o n.º 19649-P, designado “*antigo edifício da IVIMA*”, situado na Avenida 1.º de Maio, na Marinha Grande;

Considerando que o Município da Marinha Grande, não pode ceder gratuitamente ou onerosamente, a terceiros os direitos e obrigações, que para si resultem, sem o prévio consentimento escrito da sociedade BA Vidros SA;

Considerando que foram definidos para a atribuição do espaço do “*antigo edifício da IVIMA*” os seguintes critérios:

1. Sejam entidades do concelho que desenvolvem iniciativas de carácter social ou relacionadas;
2. Sejam entidades que desenvolvem atividades no concelho há mais de 5 anos;
3. Sejam entidades que regularmente recebem apoio financeiro e/ou logístico do Município e que desenvolvam atividades em parceria com o mesmo;
4. Sejam entidades que desenvolvam no concelho atividades de interesse relevante no município.
5. Não possuam instalações próprias ou que possuam instalações próprias inadequadas para o desenvolvimento das suas atividades;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

Considerando que Associação de Dadores Benévolos de Sangue da Marinha Grande se enquadra nos critérios acima identificados;

Considerando a necessidade e conveniência de formalizar a parceria existente entre Município da Marinha Grande e a Associação de Dadores Benévolos de Sangue da Marinha Grande, para a realização de brigadas de recolhas de sangue e funcionamento dos respetivos serviços administrativos;

Considerando que através de carta com registo de entrada n.º 4095/2013, de 31 de maio, a sociedade BA Vidros SA concordou com a cedência de instalações à Associação Dadores Benévolos de Sangue da Marinha Grande;

A Câmara Municipal da Marinha Grande, nos termos conjugados do disposto nas alínea a) e b), do n.º 4 e a alínea a) do n.º 7, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera aprovar a celebração do contrato de comodato de instalações do edifício registado com o n.º 19649-P, designado “*antigo edifício da IVIMA*”, situado na Avenida 1.º de Maio, na Marinha Grande, com a Associação de Dadores Benévolos de Sangue da Marinha Grande, constante no anexo 1, devendo ser alterada a palavra “tolerar”, prevista na alínea g) da Cláusula 3.ª (Anexo 4 da presente ata).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

39 - PROPOSTA DE PROTOCOLO COMODATO DE INSTALAÇÕES. ASSOCIAÇÃO DE OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES DO SPORT OPERÁRIO MARINHENSE

785 - O interesse público não é prosseguido de forma exclusiva pelas entidades públicas a cargo das quais a Constituição ou a lei conferem determinadas atribuições concretas. No âmbito territorial de um município existe um conjunto vasto de intervenientes que contribuem decisivamente para uma maior densidade e presença de atividades e projetos que se revestem de interesse público.

As diferentes associações sem fins lucrativos que desenvolvem a sua atividade no concelho da Marinha Grande desempenham um papel da maior importância na dinamização de atividades que se revestem de interesse público e que por isso justificam a concessão de apoios ou benefícios públicos.

Considerando que ação social tem merecido especial atenção deste Município e que é do interesse municipal apoiar o desenvolvimento de atividades de interesse municipal de natureza social, no âmbito do n.º 3, do artigo 23.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro.

Considerando que compete à Câmara Municipal o poder de atribuir apoios ou benefícios que se destinem à prossecução de actividades de natureza social, cultural, desportiva,

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

recreativa ou outra, nos termos da alínea b) n.º 4 e a alínea a), do n.º 7, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Considerando que o Município da Marinha Grande é dono e legítimo possuidor do edifício registado com o n.º 19649-P, designado “*antigo edifício da IVIMA*”, situado na Avenida 1.º de Maio, na Marinha Grande;

Considerando que o Município da Marinha Grande, não pode ceder gratuitamente ou onerosamente, a terceiros os direitos e obrigações, que para si resultem, sem o prévio consentimento escrito da sociedade BA Vidros SA;

Considerando que foram definidos para a atribuição do espaço do “*antigo edifício da IVIMA*” os seguintes critérios:

1. Sejam entidades do concelho que desenvolvem iniciativas de carácter social ou relacionadas;
2. Sejam entidades que desenvolvem atividades no concelho há mais de 5 anos;
3. Sejam entidades que regularmente recebem apoio financeiro e/ou logístico do Município e que desenvolvam atividades em parceria com o mesmo;
4. Sejam entidades que desenvolvam no concelho atividades de interesse relevante no município.
5. Não possuam instalações próprias ou que possuam instalações próprias inadequadas para o desenvolvimento das suas atividades;

Considerando que Associação de Ocupação de Tempos Livres do Sport Operário Marinhense se enquadra nos critérios acima identificados;

Considerando a necessidade e conveniência de formalizar a parceria existente entre Município da Marinha Grande e a Associação de Ocupação de Tempos Livres do Sport Operário Marinhense, para desenvolver ações de atendimento a famílias da comunidade, bem como fomentar novos projetos como o apoio pedagógico a crianças e jovens das famílias do Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), ações de intervenção educativa e fortalecimento familiar e dinamizar a rede de voluntariado e de recursos;

Considerando que através de carta com registo de entrada n.º 4095/2013, de 31 de maio, a sociedade BA Vidros SA concordou com a cedência de instalações à Associação de Ocupação de Tempos Livres do Sport Operário Marinhense.

A Câmara Municipal da Marinha Grande, nos termos conjugados do disposto nas alíneas a) e b), do n.º 4 e a alínea a) do n.º 7, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera aprovar a celebração do contrato de comodato de instalações do edifício registado com o n.º 19649-P, designado “*antigo edifício da IVIMA*”, situado na Avenida 1.º de Maio, na Marinha Grande, com a Associação de Ocupação de Tempos Livres do Sport Operário

Marinhense, constante no anexo 1, devendo ser alterada a palavra “tolerar”, prevista na alínea g) da Cláusula 3.ª (Anexo 5 da presente ata).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

40 - PROPOSTA DE PROTOCOLO CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES. FEDERAÇÃO CONCELHIA DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS

786 - O interesse público não é prosseguido de forma exclusiva pelas entidades públicas a cargo das quais a Constituição ou a lei conferem determinadas atribuições concretas. No âmbito territorial de um município existe um conjunto vasto de intervenientes que contribuem decisivamente para uma maior densidade e presença de atividades e projetos que se revestem de interesse público.

As diferentes associações sem fins lucrativos que desenvolvem a sua atividade no concelho da Marinha Grande desempenham um papel da maior importância na dinamização de atividades que se revestem de interesse público e que por isso justificam a concessão de apoios ou benefícios públicos.

Considerando que ação social tem merecido especial atenção deste Município e que é do interesse municipal apoiar o desenvolvimento de atividades de interesse municipal de natureza social, no âmbito do n.º 3, do artigo 23.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro.

Considerando que compete à Câmara Municipal o poder de atribuir apoios ou benefícios que se destinem à prossecução de atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, nos termos da alínea b) n.º 4 e a alínea a), do n.º 7, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Considerando que o Município da Marinha Grande é dono e legítimo possuidor do edifício registado com o n.º 19649-P, designado “*antigo edifício da IVIMA*”, situado na Avenida 1.º de Maio, na Marinha Grande;

Considerando que o Município da Marinha Grande, não pode ceder gratuitamente ou onerosamente, a terceiros os direitos e obrigações, que para si resultem, sem o prévio consentimento escrito da sociedade BA Vidros SA;

Considerando que foram definidos para a atribuição do espaço do “*antigo edifício da IVIMA*” os seguintes critérios:

1. Sejam entidades do concelho que desenvolvem iniciativas de carácter social ou relacionadas;
2. Sejam entidades que desenvolvem atividades no concelho há mais de 5 anos;
3. Sejam entidades que regularmente recebem apoio financeiro e/ou logístico do Município e que desenvolvam atividades em parceria com o mesmo;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

4. Sejam entidades que desenvolvam no concelho atividades de interesse relevante no município.
5. Não possuam instalações próprias ou que possuam instalações próprias inadequadas para o desenvolvimento das suas atividades;

Considerando que a Federação Concelhia das Associações de Pais se enquadra nos critérios acima identificados;

Considerando a necessidade e conveniência de formalizar a parceria existente entre Município da Marinha Grande e a Federação Concelhia das Associações de Pais, para serviços de apoio administrativo e consultadoria na área da educação;

Considerando que através de carta com registo de entrada n.º 4095/2013, de 31 de maio, a sociedade BA Vidros SA concordou com a cedência de instalações à Federação Concelhia das Associações de Pais.

A Câmara Municipal da Marinha Grande, nos termos conjugados do disposto nas alínea a) e b), do n.º 4 e a alínea a) do n.º 7, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera aprovar a celebração do contrato de comodato de instalações do edifício registado com o n.º 19649-P, designado “*antigo edifício da IVIMA*”, situado na Avenida 1.º de Maio, na Marinha Grande, com a Federação Concelhia das Associações de Pais, constante no anexo 1, devendo ser alterada a palavra “tolerar”, prevista na alínea g) da Cláusula 3.ª (Anexo 6 da presente ata).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

41 - PROPOSTA DE PROTOCOLO CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES. LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO

787 - O interesse público não é prosseguido de forma exclusiva pelas entidades públicas a cargo das quais a Constituição ou a lei conferem determinadas atribuições concretas. No âmbito territorial de um município existe um conjunto vasto de intervenientes que contribuem decisivamente para uma maior densidade e presença de atividades e projetos que se revestem de interesse público.

As diferentes associações sem fins lucrativos que desenvolvem a sua atividade no concelho da Marinha Grande desempenham um papel da maior importância na dinamização de atividades que se revestem de interesse público e que por isso justificam a concessão de apoios ou benefícios públicos.

Considerando que ação social tem merecido especial atenção deste Município e que é do interesse municipal apoiar o desenvolvimento de atividades de interesse municipal de natureza social, no âmbito do n.º 3, do artigo 23.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro.

Considerando que compete à Câmara Municipal o poder de atribuir apoios ou benefícios que se destinem à prossecução de atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, nos termos da alínea b) n.º 4 e a alínea a), do n.º 7, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Considerando que o Município da Marinha Grande é dono e legítimo possuidor do edifício registado com o n.º 19649-P, designado “*antigo edifício da IVIMA*”, situado na Avenida 1.º de Maio, na Marinha Grande;

Considerando que o Município da Marinha Grande, não pode ceder gratuitamente ou onerosamente, a terceiros os direitos e obrigações, que para si resultem, sem o prévio consentimento escrito da sociedade BA Vidros SA;

Considerando que foram definidos para a atribuição do espaço do “*antigo edifício da IVIMA*” os seguintes critérios:

1. Sejam entidades do concelho que desenvolvem iniciativas de carácter social ou relacionadas;
2. Sejam entidades que desenvolvem atividades no concelho há mais de 5 anos;
3. Sejam entidades que regularmente recebem apoio financeiro e/ou logístico do Município e que desenvolvam atividades em parceria com o mesmo;
4. Sejam entidades que desenvolvam no concelho atividades de interesse relevante no município.
5. Não possuam instalações próprias ou que possuam instalações próprias inadequadas para o desenvolvimento das suas atividades;

Considerando que a Liga Portuguesa Contra o Cancro se enquadra nos critérios acima identificados;

Considerando a necessidade e conveniência de formalizar a parceria existente entre Município da Marinha Grande e a Liga Portuguesa Contra o Cancro para aí desenvolver a, realização de reuniões de apoio a pessoas portadoras de doença oncológica e para arrumação do material pertencente ao grupo voluntário da Marinha Grande;

Considerando que através de carta com registo de entrada n.º 4095/2013, de 31 de maio, a sociedade BA Vidros SA concordou com a cedência de instalações à Liga Portuguesa Contra o Cancro.

A Câmara Municipal da Marinha Grande, nos termos conjugados do disposto nas alíneas a) e b), do n.º 4 e a alínea a) do n.º 7, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera aprovar a celebração do contrato de comodato de instalações do edifício registado com o n.º

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

19649-P, designado “*antigo edifício da IVIMA*”, situado na Avenida 1.ª de Maio, na Marinha Grande, com a Liga Portuguesa Contra o Cancro, constante no anexo 1, devendo ser alterada a palavra “tolerar”, prevista na alínea g) da Cláusula 3.ª (Anexo 7 da presente ata).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

42 - APRECIACÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 2.º TRIMESTRE DO ANO 2013, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

788 - Presente informação n.º 1917, datada de 09 de agosto de 2013 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, dando conta da apreciação das candidaturas relativas ao **2.º trimestre do ano de 2013** do Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, conforme estabelece o regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, aprovado na reunião de câmara de 16 de junho de 2010, retificado/clarificado na reunião realizada em 24 de junho de 2010, e aprovado na segunda reunião da Assembleia Municipal do dia 25 de junho de 2010, realizada no dia 13 de julho do mesmo ano, com as alterações introduzidas e aprovadas em Assembleia Municipal de 24 de fevereiro de 2012, e de 30 de abril de 2013.

Considerando que durante o **2.º trimestre de 2013** foram apresentadas **48 (quarenta e oito)** candidaturas a este incentivo;

Considerando que as condições de atribuição do incentivo estão consagradas no artigo 3.º do regulamento;

Considerando que o valor do incentivo é definido pela aplicação dos critérios constantes no artigo 4.º do regulamento;

Considerando que a candidatura, contendo todos os documentos obrigatórios, deverá ser entregue até 3 (três) meses após o nascimento da criança, conforme disposto no n.º 1 do artigo 6.º do regulamento.

Considerando que a análise das candidaturas deve obedecer ao disposto no n.º 1 do artigo 9.º do referido regulamento: “*as candidaturas serão apreciadas no final de cada trimestre e deverão ser alvo de deliberação da autarquia no mês seguinte (...)*”.

Considerando que os anexos constantes na informação condensam os processos originais que se encontram arquivados na Divisão de Cidadania e Desenvolvimento.

Considerando que por efeito da entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 06/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

entidades públicas, foram introduzidas alterações muito significativas em matéria de realização de despesas públicas, condicionando desta forma a apreciação e deliberação das candidaturas em reunião de câmara, tal como previsto no artigo 9.º.

Considerando que existe dotação disponível na ação 2010/A/46 do Plano de Atividades Municipal.

A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera, ao abrigo da alínea c) do n.º 4, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e de acordo com o disposto no artigo 9.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, deferir 47 (quarenta e sete) candidaturas, constantes no anexo 1, e proceder ao pagamento do incentivo aos seguintes requerentes:

Nº	Nome do Requerente	NIF	Estimativa Pagamento 2013	Estimativa Pagamento 2014
1	Lúcia Manuela de Jesus Mendes Lopes	200781626	125,00€	125,00€
2	João Miguel Belchior Santos	206577222	125,00€	125,00€
3	Hugo Gonçalo do Rosário Santos	230574998	125,00€	125,00€
4	Tânia Isabel Ramos da Cunha	210455322	125,00€	125,00€
5	Sónia Catarina Carvalho Carreira	202528898	125,00€	125,00€
6	João Pedro Rodrigues Domingues	234915528	125,00€	125,00€
7	Dulce Isabel Ramos Ferreira	217625789	125,00€	125,00€
8	Cristiano Joaquim Antunes de Sousa	225423359	125,00€	125,00€
9	Débora Patrícia Soares Brazão	230380484	125,00€	125,00€
10	Carlos José da Silva Morgado	197504035	125,00€	125,00€
11	Sílvia Daniela Matias Martins	202893804	125,00€	125,00€
12	Susana Cristina Baiona Marques Conceição	221531971	125,00€	125,00€
13	Hélder Elias Andrade Santos	211374350	125,00€	125,00€
14	Elsa Cristina Moiteiro Ferreira	223601365	125,00€	125,00€
15	Sandra Raquel Marques Domingues	208778411	125,00€	125,00€
16	Roberto dos Santos Reis	226820076	500,00€	500,00€
17	Ricardo Nuno Alves Ferreira Gomes	240325451	125,00€	125,00€
18	Jorge de Oliveira Pereira da Silva	191392448	125,00€	125,00€

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

19	Selma Maria Pedrosa Seco	228984890	125,00€	125,00€
20	Diana Sofia de Sousa Santos	238438678	125,00€	125,00€
21	Paulo Duarte Managil de Oliveira	226174654	125,00€	125,00€
22	Sara Catarina da Silva Simões	220752494	125,00€	125,00€
23	Iris Margarida Letra da Cunha	250120488	125,00€	125,00€
24	Rosa Maria Dâmaso Vitorino	221564497	125,00€	125,00€
25	Daniela Constâncio Gregório	236186078	125,00€	125,00€
26	Andreia Joana da Silva Salvador	228457386	125,00€	125,00€
27	Pedro Miguel Matos de Magalhães	223092835	125,00€	125,00€
28	Emanuel Luís da Silva Carriço	233797670	125,00€	125,00€
29	Patrícia Alexandra dos Santos Lopes Alves	201701774	125,00€	125,00€
30	Carla Susana Moiteiro Gomes Santos	220425647	125,00€	125,00€
31	Verónica Pinto Ferreira	256269300	125,00€	125,00€
32	Cláudia Teresa da Silva Casaleiro	205722253	125,00€	125,00€
33	Tânia Margarida Oliveira Cordeiro	246760443	125,00€	125,00€
34	Mónica Sofia Ribeiro Marcelino	223746800	125,00€	125,00€
35	Selma Patrícia Pinto Cadete	240006429	500,00€	500,00€
36	Pedro Miguel Matos Bonita	187302383	125,00€	125,00€
37	Carla Sofia Caseiro Rodrigues Melo	217627145	125,00€	125,00€
38	Nuno Miguel Coelho Saraiva	223856789	125,00€	125,00€
39	Mónica Sofia dos Santos Fidalgo	227568435	125,00€	125,00€
40	Melissa Gaspar Dinis	265485649	500,00€	500,00€
41	Vanessa Cristina da Silva Rosa	260479225	125,00€	125,00€
42	Paulo Jorge de Oliveira Alves	211281590	125,00€	125,00€
43*	José Adalberto de Bastos Rodrigues	171571126	250,00€	250,00€
44	António José dos Santos Carajoinas	189268468	500,00€	500,00€
45	Ana Renata Martinho de Carvalho	226444767	125,00€	125,00€
46	Pedro Joel Melo da Silva	227467205	125,00€	125,00€
47	Sandro Cristiano Neves Tomás	223861723	500,00€	500,00€
TOTAL GERAL			7.875,00€	7.875,00€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 06/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

*Candidatura de gémeos

Mais delibera definir as seguintes datas limite de entrega dos documentos comprovativos de despesa:

Data limite de entrega de documentos para 1.ª Tranche	até 04/10/2013
Data limite de entrega de documentos para 2.ª Tranche	até 15/01/2014

Delibera ainda que a não apresentação dos referidos documentos dentro dos prazos estabelecidos, determina a caducidade automática da presente deliberação na componente dos pagamentos a efetuar em 2013 ou 2014.

Delibera, por fim, propor o indeferimento de 01 (uma) candidatura, constantes no anexo 2, pelos motivos aí referidos, concedendo aos requerentes, constantes no quadro infra, o prazo de 10 (dez) dias úteis para se pronunciarem sobre o mesmo, nos termos do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo.

Nome do Requerente	NIF	Motivo de Indeferimento
Elisete Sofia Machado Reis	229258247	Candidatura entregue fora de prazo

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

43 - PEDIDOS DE REAVALIAÇÃO DOS PROCESSOS REFERENTES AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA – 4.º TRIMESTRE 2012 - PERÍODO DE AUDIÊNCIA PRÉVIA

789 - Presente informação n.º 1986, datada de 02 de setembro de 2013 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, dando conta do pedido de reavaliação dos processos das requerentes do Incentivo à Natalidade e Apoio à Família apresentados por Lídia Maria Ferreira Loureiro e Carla Patrícia Ramalho Teles, conforme previsto no regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, aprovado na reunião de câmara de 16 de junho de 2010, retificado/clarificado na reunião realizada a 24 de junho de 2010, com aprovação na segunda reunião da Assembleia Municipal a 25 de junho de 2010, realizada no dia 13 de julho do mesmo ano, com as alterações introduzidas e aprovadas em Assembleia Municipal de 24 de fevereiro de 2012 e de 30 de abril de 2013.

A Câmara Municipal, na reunião camarária de 11 de julho de 2013 (retificada a 25 de julho) deliberou, em sede de audiência prévia, propor o indeferimento das candidaturas ao Incentivo à Natalidade e Apoio à Família apresentadas por Lídia Maria Ferreira Loureiro e Carla Patrícia Ramalho Teles, com os registos de entrada n.º 8065 e 8838 respetivamente, concedendo-lhes o prazo de 10 (dez) dias para se pronunciarem sobre o mesmo, nos termos do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo.

Considerando que:

As requerentes foram notificadas da decisão e motivo do indeferimento através de ofício registado, n.º 2719 e 2718 respetivamente (Anexo I);

Ambas as requerentes se pronunciaram, por escrito, dentro do prazo estipulado, registos 6095 e 6103, solicitando a reapreciação dos processos, e fazendo prova da regularização do motivo do indeferimento, nomeadamente, a requerente Lúdia Maria Ferreira Loureiro apresentou a última nota de liquidação do IRS, e a requerente Carla Patrícia Ramalho Teles apresentou o comprovativo do pagamento da dívida que tinha em seu nome no serviço de fornecimento de águas (Anexo II);

Considerando que existe dotação disponível na ação 2010/A/46 do Plano de Atividades Municipal.

A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera ao abrigo da alínea c) do n.º 4, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e de acordo com o disposto no artigo 10.º do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, deferir os pedidos de reapreciação dos processos, bem como as respetivas candidaturas, constantes no anexo III a esta deliberação, e proceder ao pagamento do incentivo às seguintes requerentes:

Nome do requerente	NIF	Estimativa Pagamento 2013	Estimativa Pagamento 2014
Lúdia Maria Ferreira Loureiro	215062159	125,00€	125,00€
Carla Patrícia Ramalho Teles	233279156	500,00€	500,00€

Mais delibera definir as seguintes datas limite de entrega dos documentos comprovativos de despesa:

Data limite de entrega de documentos para 1.ª Tranche	até 04/10/2013
Data limite de entrega de documentos para 2.ª Tranche	até 15/01/2014

Delibera ainda que a não apresentação dos referidos documentos dentro dos prazos estabelecidos, determina a caducidade automática da presente deliberação na componente dos pagamentos a efetuar em 2013 ou 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

44 - PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO E GESTÃO DOS REFEITÓRIOS ESCOLARES

790 - O Regulamento de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares foi aprovado em reunião desta Câmara Municipal de 14-07-2011.

No sentido de bem servir os utentes dos serviços que presta e pugnando pela aproximação destes últimos à população, torna-se premente proceder a algumas alterações ao referido Regulamento, de modo a consagrar os locais, dias e horas de venda das senhas de refeições escolares e das chamadas “mensalidades” e estipular o procedimento a adotar na devolução de senhas não utilizadas no ano letivo anterior.

O Regulamento em causa, na sua primeira versão, estipulou uma norma transitória, respeitante à forma como devia ser tratada a devolução das senhas não utilizadas no ano letivo anterior que, dado o seu caráter, vigorou apenas para o ano letivo de 2010/2011. Esta realidade tem vindo a repetir-se, pois os interessados acabam sempre por comprar senhas, que por motivos vários, não são utilizadas. O momento atual de graves dificuldades económicas, para todas as famílias, impõe que se introduza uma norma que, embora mantendo a mesma metodologia de devolução, se aplique em anos letivos futuros.

Assim, no uso do poder regulamentar conferido pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa às autarquias locais, de acordo com a alínea d) do artigo 13.º e alínea b) do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro e alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho e, ainda, no uso das competências conferidas pelas alíneas l) do n.º 1, d) do n.º 4 e a) do n.º 7, todas do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara Municipal delibera aprovar as seguintes normas regulamentares:

Artigo 1.º

Objeto

É alterado o “ Regulamento de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares” aprovado em reunião da Câmara Municipal de 14 de julho de 2011.

Artigo 2.º

Alterações ao Regulamento

São aditados os artigos 10.º-A e 10.º-B com a seguinte redação:

“ Artigo 10.º-A

Locais e horários de venda das senhas e mensalidades

1 – Os interessados podem adquirir as senhas individuais e as mensalidades nos seguintes locais e horários:

- a) No Gabinete de Atendimento ao Munícipe (GAM), todos os dias úteis da semana das 9:00 às 16:00 horas;
- b) Junta de Freguesia da Moita, às sextas e segundas-feiras das 14:00 às 18:00 horas;
- c) Junta de Freguesia de Vieira de Leiria:
 - (i) Senhas individuais - às sextas-feiras das 9:00 às 13:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

(ii) Mensalidades - à exceção das quintas-feiras, nos últimos 5 dias úteis do mês anterior a que dizem respeito, das 9:00 às 13:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas.

Artigo 10.º-B

Devolução de senhas individuais

O valor das senhas individuais de refeições escolares não utilizadas e adquiridas em cada ano letivo pode ser restituído até 30 de setembro do ano letivo seguinte, mediante apresentação de requerimento escrito e junção das respetivas senhas, nos serviços da Câmara Municipal.”

Artigo 3.º

Publicidade

As presentes alterações ao Regulamento de Funcionamento e Gestão de Refeitórios Escolares devem ser publicadas em formato de papel, em local visível, no edifício sede da Câmara Municipal e nas Juntas de Freguesia, na página eletrónica do Município, nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e primeiro ciclo de ensino básico e nos refeitórios escolares.

Artigo 4.º

Entrada em vigor

As presentes alterações entram em vigor no dia 10 de setembro de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

45 - PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DA ESCOLA BÁSICA DO 2.º E 3.º CICLO GUILHERME STEPHENS

791 - Considerando que o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente sentiu a necessidade de criar um pólo de 1.º Ciclo para o próximo ano letivo, a funcionar na EB 2/3 Guilherme Stephens;

Considerando que por esse motivo, logicamente, devemos aproximar a cantina escolar ao local onde são desenvolvidas as aulas;

Considerando que a escola básica do 2.º e 3.º ciclo Guilherme Stephens, possui um refeitório escolar com capacidade para fornecer a totalidade das refeições escolares dos alunos do Pólo do 1.º Ciclo que irá funcionar na EB 2/3 da Guilherme Stephens, constituído por 3 turmas da EB Várzea e por uma transferida da EB do Engenho;

Considerando que as crianças deste Pólo, para se deslocarem ao refeitório não necessitam de sair para o exterior da escola, garantindo a segurança dos alunos e evitando, por isso, o recurso a transportes escolares e consequente acréscimo de custos;

Considerando que é competência do Município nos termos das alíneas b) do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, conjugada pela alínea d) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/02, de 11 de janeiro, assegurar o fornecimento de refeições escolares.

Considerando que a administração central e as autarquias locais podem estabelecer entre si formas adequadas de parceria para melhor prossecução do interesse público, de acordo com o n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro.

A Câmara delibera de acordo com a competência prevista nas alíneas b) do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, conjugada pela alínea d) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/02, de 11 de janeiro, aprovar a Proposta de Protocolo de colaboração a celebrar entre o Município da Marinha Grande e o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente, que se anexa (Anexo 8).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

46 - AVALIAÇÃO DAS CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ANÁLISE DAS RECLAMAÇÕES E DECISÃO FINAL

792 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;

Considerando que nos termos da deliberação de câmara de 25 de julho de 2013, foi aprovada a admissão das candidaturas, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, conforme avaliação da comissão de apreciação, de acordo com o relatório de apreciação, de 20 de junho (anexo I);

Considerando que na deliberação de câmara de 25 de julho de 2013, foi ainda proposta a exclusão das candidaturas, conforme avaliação da comissão de apreciação, de acordo com o relatório de apreciação, de 20 de junho (anexo I), concedendo aos requerentes, o prazo de 10 (dez) dias úteis para se pronunciarem sobre o mesmo, nos termos do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo;

Considerando que dentro do prazo de audiência prévia foram recebidas as seguintes reclamações:

- Clube Desportivo Moitense (6117/2013)
- Grupo Desportivo Casa Águia (6193/2013)

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 06/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

- Atlético Clube Marinhense (6218/2013)
- Clube Motard Motabout (6247/2013)
- Clube Motard Motabout (6249/2013)
- Clube Motard Motabout (6250/2013)
- OPEN - Associação para as Oportunidades Específicas de Negócios (6378/2013)
- OPEN - Associação para as Oportunidades Específicas de Negócios (6379/2013)
- OPEN - Associação para as Oportunidades Específicas de Negócios (6380/2013)
- Clube dos Músicos da Marinha Grande (6474/2013)
- Associação Portuguesa de Deficientes (6593/2013)

Considerando que as reclamações, que se anexam e se dão por integralmente reproduzidas, foram analisadas pela comissão de apreciação, não havendo matéria que fundamente a alteração da pontuação inicialmente atribuída, conforme descrito no relatório fundamentado que se anexa (anexo II);

Assim, a Câmara Municipal, nos termos do n.º 4, do artigo 14.º, do Regulamento municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, delibera indeferir as reclamações acima identificadas e excluir as candidaturas em apreço, em conformidade com os relatórios de apreciação e respetivos mapas anexos (anexo I e II).

A Câmara Municipal delibera, ainda, nos termos do n.º 4, do artigo 14.º, do Regulamento municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, manter a decisão de admissão das candidaturas, em conformidade com o relatório de apreciação e mapa anexo (anexo I).

(Anexo 8 da presente ata – os documentos identificados como anexo I e anexo II).

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor, 3 votos contra dos Srs. Vereadores da CDU e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. António Santos, tendo o Sr. Presidente feito uso do voto de qualidade, nos termos do previsto no art.º 89.º, n.º 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho votou contra e declarou que o fazia com os mesmos fundamentos invocados aquando da discussão deste assunto na reunião da Câmara Municipal realizada nos dias 25 e 29 de julho de 2013.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho votou contra e declarou que subscrevia os fundamentos invocados pelo Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

O Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira votou contra, subscrevendo igualmente os fundamentos invocados na reunião camarária dos dias 25 e 29 de julho de 2013.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 06/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

47 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 1.ª FASE. ÁREA CULTURAL

793 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;

Considerando que nos termos das deliberações de Câmara, de 25 de julho de 2013 e da presente data, foi aprovada a admissão das candidaturas, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições no domínio da cultura, conforme o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que compete aos municípios o apoio a projetos e agentes culturais não profissionais e o apoio a atividades culturais de interesse municipal, designadamente nos domínios da cultura, de acordo com as alíneas f) e g) n.º 2 do artigo 20.º da Lei 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 06/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

Considerando que as entidades a seguir indicadas cumprem os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir os seguintes apoios financeiros:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DAS FIGUEIRAS	Comemorações do 25/04	501075330	250,00€	2013/A/87
ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO	Comemorações do 25/04	501540563	250,00€	2013/A/87
ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO	FAG/2013	501540563	7.500,00€	2013/A/121

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar as minutas de contratos-programa a celebrar com cada uma das entidades, que se dão por reproduzidas, e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º, do Regulamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

48 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 1.ª FASE. ÁREA DESPORTIVA

794 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;

Considerando que nos termos das deliberações de Câmara de 25 de julho de 2013 e da presente data, foi aprovada a admissão das candidaturas, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições no domínio do desporto, conforme o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que compete aos municípios o apoio atividades desportivas e recreativas de interesse municipal, designadamente nos domínios do desporto, de acordo com a alínea b) n.º 2 do artigo 21.º da Lei 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que a entidade a seguir indicada cumpre os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
CLUBE AUTOMÓVEL DA MARINHA GRANDE	Rally Vidreiro/2013	501104305	13.400,00€	2013/A/111

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta de contrato-programa a celebrar com a entidade beneficiária, que se dá por reproduzida, e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º, do Regulamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

49 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 1.ª FASE. ÁREA SOCIAL

795 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;

Considerando que nos termos das deliberações de Câmara de 25 de julho de 2013 e da presente data, foi aprovada a admissão das candidaturas, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições nos domínios da saúde e da ação social, conforme o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que compete aos municípios a participação em cooperação com instituições de solidariedade social, em programas e projetos de ação social de âmbito municipal, designadamente nos domínios da exclusão social, onde se inclui a deficiência, de acordo com o n.º 3 do artigo 23.º da Lei 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 06/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

Considerando que as entidades a seguir indicadas cumprem os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir os seguintes apoios financeiros:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
ADESER II ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA REGIÃO DE MARINHA GRANDE	Proteção de crianças e jovens em risco	505933870	12.000,00€	2013/A/44
ADESER II ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA REGIÃO DE MARINHA GRANDE	OTL "O nosso mundo" e gabinete "Mão aberta"	505933870	30.000,00€	2013/A/46
ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO	Apoio domiciliário e centro de dia e convívio	501540563	20.000,00€	2013/A/46

A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir os seguintes apoios financeiros:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DOENTES DE PARKINSON	Plano de atividades/2013	504058550	1.000,00€	2013/A/43
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES	Plano de atividades/2013	501129430	1.000,00€	2013/A/51

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar as minutas de contratos-programa a celebrar com cada uma das entidades, que se dão por reproduzidas, e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º, do Regulamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

50 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia cinco de setembro de dois mil e treze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **"Total de Disponibilidades"**:

2.612.066,59€ (dois milhões, seiscentos e doze mil, sessenta e seis euros e cinquenta e nove cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

796 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

- 1. REQ. N.º 1135/13 – PC N.º 383/11 – MARIA MANUELA PEREIRA NUNES**
- 2. REQ. N.º 1270/13 – PC N.º 79/13 – DAVID JOÃO ALEXANDRE CARPINTEIRO**
- 3. REQ. N.º 1171/13 – PC N.º 452/11 – MANUEL SILVA FERREIRA RATO**
- 4. REQ. N.º 1388/13 – PC N.º 119/13 - ANTÓNIO JOSÉ DUARTE SOUSA**
- 5. REQ. N.º 924/13 – PC N.º 124/13 – ANA CATARINA BARROCA BATISTA E SUSANA MARGARIDA BARROCA BATISTA**
- 6. REQ. N.º 1360/13 – PC N.º 297/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**
- 7. REQ. N.º 1361/13 – PC N.º 298/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**
- 8. REQ. N.º 1356/13 – PC N.º 293/13 – PT COMUNICAÇÕES, S.A.**
- 9. REQ. N.º 1362/13 – PC N.º 299/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**
- 10. REQ. N.º 1145/13 – PC N.º 235/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**
- 11. REQ. N.º 1358/13 – PC N.º 295/13 – EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.**
- 12. REQ. N.º 1355/13 – PC N.º 292/13 – EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - REQ. N.º 1135/13 – PC N.º 383/11 – MARIA MANUELA PEREIRA NUNES

797 - Presente requerimento n.º 1135/13, datado de 2013/07/23, constante do processo camarário n.º 383/11, subscrito por Maria Manuela Pereira Nunes, NIF n.º 140931287, com residência na Rua dos Outeirinhos, n.º 108, freguesia de Marinha Grande, pelo qual são aditados ao processo elementos referentes ao pedido de licenciamento da obra de “Legalização e Alteração de Edificação” existente, incidente sobre dois prédios sitos na Rua dos Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2013/09/03, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do projeto de arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico datado de 2013/09/03 que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou:

Deferir o pedido de licenciamento relativo à obra de legalização e alteração de edificação e muro de vedação existente, incidente sobre o prédio sito na Rua dos Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3085, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.**
- 2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente a continuidade do passeio na zona indicada como de cedência ao domínio público, incluindo os remates em toda a frente do prédio confinante com a via pública.**
- 3. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 1270/13 – PC N.º 79/13 – DAVID JOÃO ALEXANDRE CARPINTEIRO

798 - Presente requerimento n.º 1270/13, datado de 2013/08/14, constante do processo camarário n.º 79/13, subscrito por David João Alexandre Carpinteiro, NIF N.º 224887203, com residência na Rua 25 de Abril, n.º 9 – 2.º Esq., freguesia e concelho de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento para a realização da obra de “construção de moradia unifamiliar e muro de vedação”, incidente sobre um prédio sito no lugar de Machinha, freguesia de Moita, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça

sob o n.º 1.584 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1942, da referida freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2013/09/04.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico datado de 2013/09/04 que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de licenciamento para a realização da obra de “construção de moradia unifamiliar e muro de vedação”, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.**
- 2. O muro de vedação a levar a efeito na extrema Norte do prédio confinante com a Rua da Machinha, deverá assegurar um afastamento mínimo de 5,50m ao seu eixo, prevendo a construção de passeio em toda a sua frente, com a largura de 2,25m, o qual deverá ser executado pelo requerente.**
- 3. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 1171/13 – PC N.º 452/11 – MANUEL SILVA FERREIRA RATO

799 - Presente pedido de licenciamento em nome de MANUEL SILVA FERREIRA RATO, com NIF 135631920, residente na Rua das Figueiras, nº 76, Lugar da Boavista, referente à obra de alteração de edifício existente, localizado na Rua das Figueiras, Lugar de Boavista, Freguesia de Marinha Grande, tendo em vista a constituição de dois estabelecimentos autónomos, um de restauração e bebidas e outro só de bebidas, incluindo a sua submissão ao regime de propriedade horizontal, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 12.098 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 8.060, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 01/03/2012.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro.

Presente informação técnica dos serviços, datada de 02/09/2013, que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, bem como o projeto de alterações à componente arquitetura, aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
2. A instalação do recetáculo postal domiciliário deverá ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. A afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público, ficam sujeitas a licenciamento, nos termos da alínea a) do Artigo 2º do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande.
4. A instalação dos estabelecimentos está sujeita ao regime de mera comunicação prévia, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01/04, pelo que após a concessão da autorização de utilização, deverá promover a entrega da mera comunicação prévia para cada um dos estabelecimentos, no portal do empreendedor.
5. Deverá ser dado cumprimento ao preceituado na legislação em vigor sobre o ruído.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 1388/13 – PC N.º 119/13 - ANTÓNIO JOSÉ DUARTE SOUSA

800 - Presente processo de licenciamento, em nome de António José Duarte Sousa, com o NIF 160 339 936, residente na Rua da Embra, n.º 54, R/C Dir., Embra, Marinha Grande, para a alteração e junção de duas frações para instalação de um estabelecimento de venda de refeições Take-Away e churrasqueira num edifício existente na rua da Embra, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 838 e na matriz predial urbana sob o n.º 13225, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 05/09/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

Presentes processos antecedentes, PC 402/92, relativo à construção do edifício existente, que obteve o alvará de licença de utilização n.º 35/93 a 22/02/1993;
Presente parecer externo favorável condicionado da Administração Regional de Saúde do Centro, datado de 26 de agosto cujas condições se transcrevem e passam a fazer parte integrante da presente deliberação.

A Câmara Municipal delibera:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de António José Duarte Sousa, com o NIF 160 339 936, residente na rua da Embra, n.º 54, R/C Dir., Embra, Marinha Grande, para a alteração e junção de duas frações para instalação de um estabelecimento de venda de refeições Take-Away e churrasqueira num edifício existente na rua da Embra, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 838 e na matriz predial urbana sob o n.º 13225, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;
- 2.- Cumprir os condicionalismos expressos no parecer da Administração Regional de Saúde do Centro, que se transcreve e passa a fazer parte integrante da presente deliberação:

"(...)"

1. *Desde que seja cumprido na íntegra o exposto no projeto e demais legislação aplicável.*
2. *O estabelecimento deve possuir infraestruturas básicas de fornecimento de água, gás, eletricidade e rede de esgotos, com as respetivas ligações às redes prediais (n.º 1 do artigo 4º da Portaria n.º 215/11);*
3. *O estabelecimento deve adotar métodos ou equipamentos que permitam assegurar a separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras (n.º 5 do Art.º 5.º da Portaria n.º 215/11);*
4. *A ventilação mecânica, deve ser adequada e suficiente tendo em consideração as dimensões e funções dos espaços. Deve ser evitado o fluxo mecânico de ar de zonas contaminadas para zonas limpas. Os sistemas de ventilação devem estar construídos de forma a proporcionar um acesso fácil aos filtros e a outras partes que necessitem de limpeza ou de substituição (n.º 5, Cap. I Anexo II, Reg. N.º 852/2004, de 29 de abril);*
5. *Chama-se a atenção para a finalidade mais usual do gabinete, sendo que, caso haja permanência de pessoas no seu interior por longos períodos deve ser salvaguardada uma adequada renovação do ar da atmosfera de trabalho (artigo 10º do DL n.º 243/86, de 20 de agosto);*
6. *Na copa suja, além da cuba de lavagem equipada com água quente e fria (para lavagem e desinfecção de utensílios de grandes dimensões), deve existir também, máquina de lavar a louça (n.º 9 do Art.º 7º da Portaria n.º 215/11);*
7. *O lavatório da instalação sanitária do pessoal deve possuir sistema de acionamento de água não manual (n.º 2 do Art.º 8º da Portaria n.º 215/11);*

8. Os lavatórios para a lavagem das mãos devem estar equipados com água corrente quente e fria, materiais de limpeza das mãos e dispositivos de secagem higiénica (n.º 4, Cap. I, Anexo II do Reg. N.º 852/2004, de 29 de abril);

9. Deve ser prevista a afixação das informações indicadas no artigo 14.º da Portaria n.º 215/11, em local destacado, pela entidade titular da exploração."

3.- Executar a totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 924/13 – PC N.º 124/13 – ANA CATARINA BARROCA BATISTA E SUSANA MARGARIDA BARROCA BATISTA

801 - Presente pedido, apresentado por Ana Catarina Barroca Batista, com o NIF 221723773 e por Susana Margarida Barroca Batista, com o NIF 214835138, residentes na rua da Juventude, n.º 72, lugar de Picassin, freguesia de Marinha Grande e na rua Mestre da Silva Roque, n.º 7, lugar de Picassin, freguesia de Marinha Grande, respetivamente, para a certificação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 1.662,45 m2, do prédio com 3.504,45 m2, sito na rua da Juventude e confinante com a rua Vila Marinha, no lugar de Picassin, na freguesia e concelho da Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15033, com 419,00 m2 inscritos na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8036 e 3.085,45 m2 inscritos na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2083, e licenciamento da obra de construção de moradia e anexo a erigir na parcela a destacar.

Presente parecer técnico, datado de 2013/09/03, que atesta estar o pedido de certificação de destaque elaborado e instruído conforme os requisitos constantes do n.º 4 e n.º 8 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, não se encontrando, no entanto, o licenciamento da obra de construção em condições de merecer deferimento, por contrariar o disposto em normas e regulamentos legais aplicáveis.

Após análise do pedido, considerando o parecer técnico que recaiu sobre o mesmo, a Câmara Municipal delibera:

1- Determinar a emissão de certidão comprovativa da verificação dos requisitos do destaque, prevista no n.º 9 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, sendo que da mesma e para efeitos de registo predial, deverá constar:

a) A inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do destaque, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do artigo 6.º do RJUE, sem o que não poderá ser licenciada qualquer obra de construção nessas parcelas;

b) A referência ao dever das parcelas cumprirem os indicadores urbanísticos previsto no n.º 8 do Regulamento do PDMMG em vigor, ou seja:

b1) Parcela a destacar, com 1.662,45m² - até cinco fogos, 998,00 m² de área bruta de construção, cêrcea máxima de 2 pisos ou 6,50 m de altura, o mínimo de 1 estacionamento por fogo para habitação e/ou 1 estacionamento por cada 50 m² de área coberta se a ocupação se destinar a comércio ou serviços.

B2) Parcela remanescente, com 1.842,00 m² - até cinco fogos, 1.105,00 m² de área bruta de construção, cêrcea máxima de 2 pisos ou 6,50 m de altura, mínimo de 1 estacionamento por fogo para habitação e/ou 1 estacionamento por cada 50 m² de área coberta se a ocupação se destinar a comércio ou serviços.

2- Notificar as requerentes, Ana Catarina Barroca Batista, com o NIF 221723773 e por Susana Margarida Barroca Batista, com o NIF 214835138, residentes na rua da Juventude, n.º 72, lugar de Picassin, freguesia de Marinha Grande e na rua Mestre da Silva Roque, n.º 7, lugar de Picassin, freguesia de Marinha Grande, em sede de audiência prévia, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhes 15 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que refiram, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento do pedido de licenciamento de construção de uma moradia e anexo, na parcela a destacar do prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15033, com 419,00 m² inscritos na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8036 e 3.085,45 m² inscritos na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2083, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, por:

a) A estimativa do custo total da obra apresentada considerar valores de construção inferiores ao valores de referência constantes no Quadro XIX do RMEUMMG – Regulamento Municipal, da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor com valor atualizado pela publicação da Portaria n.º 358/2012, de 31/10;

b) O esquema da chaminé de ventilação e exaustão apresentado reporta-se apenas ao fogão da cozinha, encontrando-se em falta o esquema de chaminé de ventilação e exaustão de fumos e gases de combustão dos restantes equipamentos;

c) A memória descritiva do plano de acessibilidade não se reporta objetivamente à obra alvo do pedido, e o plano de acessibilidade não assegura as orientações constantes na Secção 2.1.1 do anexo do Decreto-Lei n.º 163/06, que se passa a transcrever:

“Os edifícios e estabelecimentos devem ser dotados de pelo menos um percurso, designado de acessível, que proporcione o acesso seguro e confortável das pessoas com mobilidade condicionada entre a via pública, o local de entrada/saída principal e todos os espaços interiores que os constituem.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 1360/13 – PC N.º 297/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

802 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., com abertura de vala em 4,00 m de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito em Bairro Santa Isabel, n.º 19, Freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 26/08/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 4,00 m de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo no Bairro Santa Isabel, n.º 19, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 1361/13 – PC N.º 298/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

803 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., com abertura de vala em 0,50 m de betuminoso e 0,50 m de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua da Vieira, n.º 27, lugar de Passagem, Freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 26/08/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 0,50 m de betuminoso e 0,50 m de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua da Vieira, n.º 27, lugar de Passagem, Freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.º 1356/13 – PC N.º 293/13 – PT COMUNICAÇÕES, S.A.

804 - Presente pedido de Ocupação da Via Pública, apresentada por PT Comunicações, S.A., para execução de trabalhos em subsolo, referentes aos trabalhos de ampliação das infraestruturas de telecomunicações, a levar a efeito na Rua de São Pedro de Moel, n.º 85, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 28/08/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaíu, a Câmara Municipal delibera deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para execução de trabalhos em subsolo, referentes aos trabalhos de ampliação das infraestruturas de telecomunicações, para execução de uma requisição de ligação a levar a efeito na Rua de São Pedro de Moel, n.º 85, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- O armário deve ser colocado no limite do passeio, por forma a não constituir obstáculo.
- Os pavimentos devem ser devidamente repostos nas condições em que se encontravam antes da intervenção.
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N.º 1362/13 – PC N.º 299/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

805 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., com abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua do Azambuja, n.º 38, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 26/08/2013, sobre o assunto.

A Câmara Municipal analisou a pretensão, bem como a referida informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para dizer, por escrito, no prazo de 15 dias, o que se lhe oferecer:

“O pavimento em betão betuminoso encontra-se em boas condições de conservação, executado em empreitada recente de requalificação.(...) pelo que não se deve autorizar o corte e respetiva reparação do pavimento em betuminoso. Neste caso deve ser encontrada uma solução alternativa.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N.º 1145/13 – PC N.º 235/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

806 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., com abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua António Maria da Silva, n.º 62, Lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação de Câmara, datada de 27/07/2013, concedendo 15 dias à entidade requerente para que esta se pronunciasse, em sede de audiência prévia, quanto ao projeto de indeferimento da pretensão.

Considerando que:

- A entidade requerente foi notificada pelo nosso ofício nº 736/13, datado de 29/07/2013 e rececionado em 31/07/2013, para que se pronunciasse, em sede de audiência prévia, quanto ao projeto de indeferimento da pretensão;
- Para o efeito, lhe foi concedido um prazo de 15 dias, ou seja, até 21/08/2013;
- Durante este prazo a entidade titular do pedido nada alegou;

A Câmara Municipal delibera indeferir de ocupação da via pública com abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua António Maria da Silva, n.º 62, Lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes fundamentos:

“O pavimento em betuminoso encontra-se em bom estado de conservação. Este arruamento foi recentemente alvo de beneficiação profunda que conduziu à reformulação integral dos pavimentos. Esta intervenção foi previamente comunicada à Lusitaniagás. Assim, entende-se que não se deve autorizar cortes de betuminoso neste arruamento e que devem ser encontradas soluções alternativas.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N.º 1358/13 – PC N.º 295/13 – EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.

807 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por EDP – Distribuição de Energia, S.A., para abertura de vala numa extensão de 30,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua Esquerda, Freguesia de Moita.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 23/08/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

Deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala numa extensão de 30,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua Esquerda, Freguesia de Moita, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Dar conhecimento da aprovação desta intervenção à Junta de Freguesia da Moita.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N.º 1355/13 – PC N.º 292/13 – EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.

808 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por EDP – Distribuição de Energia, S.A., para abertura de vala numa extensão de 44,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua do Azambuja, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 17/07/2013, sobre o assunto.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

A Câmara Municipal analisou a pretensão, bem como a referida informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para dizer, por escrito, no prazo de 15 dias, o que se lhe oferecer:

“Não deve ser utilizado o método tradicional de abertura de vala, na medida em que o pavimento da Rua do Azambuja data de 2010. Esta posição poderá ser revista caso o ramal seja realizado recorrendo a um método construtivo alternativo.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

809 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:30 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Presidente

A Secretária da reunião